

Introdução

O trabalho, ora apresentado, faz uma análise dos processos educativos constatados na comunidade do Candeal Pequeno, em Salvador, Bahia, sob a perspectiva da construção identitária – enquanto instrumento de afirmação social, cultural e político – dessa comunidade, em sua luta por melhores condições de moradia.

Tal análise será desenvolvida em cinco capítulos. O primeiro expõe os referenciais teóricos norteadores desta pesquisa: os autores que lhe dão sustentação e as categorias com as quais foram feitos os exercícios analíticos, bem como os aspectos gerais da metodologia empregada na pesquisa em tela. Portanto, a partir da contribuição, principalmente, da educadora Maria da Glória Gohn, de Manuel Castells e de Stuart Hall entre outros intelectuais serão expostos conceitos de: Processos Educacionais, Movimentos Sociais e Identidade (e, incorporados a ela a tradição e a tradução).

O levantamento bibliográfico, agregado à dissertação, além de fontes primárias secundárias e foi, também, enriquecido com depoimentos que resgataram a memória daquele local pelos seus moradores mais antigos e ilustres. Importante, também, foram os contatos e entrevistas com os diversos atores/atrizes envolvidos no processo sócio-cultural da comunidade do Candeal Pequeno: tais como a ONG Pracatum, representantes de Associações de Moradores, religiosos, órgãos públicos e privados.

O capítulo seguinte, será dedicado ao contexto histórico, tomando-se como ponto de partida a chegada de Josepha Sant'Anna, em fins do Século XVIII, procedente

da África, que veio a procura de seus parentes. Este fato contém o elemento de maior referência quanto à forma e conteúdo da ocupação das terras na referida área. A luz de tais relatos, far-se-á um breve levantamento histórico da região de Brotas, notadamente na área do Candeal Pequeno, desde a formação da comunidade até os dias de hoje.

No capítulo III serão abordadas, especificadamente, as condições de vida e moradia na cidade de Salvador, detendo-se na área de concentração já anteriormente citada. O estudo aprofundar-se-á na análise da trajetória que vai da escravidão, no Século XIX, até a exclusão social e racial contemporâneas, enfocando as questões de moradia e condições de vida no Século XIX: a opressão, o histórico da luta e de barganha; avançando até o período contemporâneo, no qual as formas de luta pelo direito à moradia estão identificadas nas ações políticas dos anos 60/70, até a expressão cultural dos anos 80/90.

No capítulo IV, problematiza-se os limites e possibilidades do projeto habitacional “Tá Rebocado” enquanto portador de identidade e processos educacionais, na perspectiva da afirmação da comunidade do Candeal Pequeno. Neste capítulo, faz-se uma breve análise dos programas institucionais à luz do processo de globalização e da orientação dos organismos financeiros internacionais, buscando compreender as práticas de políticas públicas urbanas em nosso país com repercussão na Cidade do Salvador e mais especificamente no local em pauta.

Ainda neste capítulo, serão utilizadas as categorias: tradição e tradução para buscar uma compreensão aproximada da expressão sócio-cultural vivenciada no Candeal Pequeno. Paralelamente, como ilustração, será utilizado o mito fundador da

modernidade: Narciso, para questionar o projeto “Tá Rebocado” em sua (im)possibilidade de ser o esteio e/ou produto do clima cultural experimentado por essa comunidade.

No último capítulo, serão feitas considerações relevantes sobre a possibilidade de se apreender o mecanismo e processo educativo empreendidos pela mobilização popular na construção e apropriação do espaço urbano, dando-lhe significado social, cultural e político. Fatos estes que apresentam referenciais de conhecimentos que possam orientar práticas e políticas públicas de educação e desenvolvimento urbano.

Cabe aqui dizer que o Candeal Pequeno é, inegavelmente, detentor de uma forte identidade cultural, evidenciada, sobretudo, pela sua afrodescendencia, pela sua história e pelos laços de parentesco enraizados há pelo menos dois séculos. Estes vínculos afetivos aproximam seus moradores, estimulam a cooperação, provocam a solidariedade, fortalecem as relações pessoais e o compromisso coletivo com o lugar (APAS, 1999).

1 – Processos Educativos, Identidade e Movimentos Sociais: Metodologia, Categorias e Conceitos.

Neste capítulo, serão apresentados e descritos as categorias centrais usadas na elaboração deste documento e os pressupostos teóricos que lhe dão sustentação, bem como a indicação metodológica abordada neste trabalho, compreendendo como categorias centrais: Processos Educativos, Identidade e Movimentos Sociais Urbanos.

1.1 Quanto aos Processos Educativos

Para tratar dos processos educativos, vale o referencial teórico de Maria da Glória Gohn¹. Esta autora trabalha com um conceito amplo de Educação, concebendo de forma associada ao conceito de Cultura. A autora aborda a Educação enquanto forma de ensino / aprendizagem, adquirida ao longo da vida dos cidadãos pela leitura, interpretação e assimilação dos fatos, eventos e acontecimentos que os indivíduos fazem, de forma isolada ou em contato com grupos e organizações. Enquanto a Cultura é concebida como modos, formas e processos de atuação dos homens na história onde ela se constrói.

¹ Maria da Glória Gohn é professora Titular da Faculdade de Educação/UNICAMP, Doutora em Ciências Políticas/USP, em 1983. Pós-Doutora pela New School for social Research – New York, em 1996.

Está constantemente se modificando, mas ao mesmo tempo, é continuamente influenciada por valores que se sedimentam em tradições e são transmitidos de uma geração para outra.

O conceito acima apresentado pode ser abordado tanto para a educação formal quanto a não-formal. Para efeito dos estudos propostos por este trabalho, os processos educativos serão discutidos no âmbito da educação não formal e, a partir desta, a educação popular será abordada mais especificamente.

Gohn comenta que, genericamente, a educação não-formal era vista, na década de 70, meramente como um conjunto de processos delineados para alcançar a participação de indivíduos e de grupos em áreas denominadas extensão rural, animação comunitária, treinamento vocacional ou técnico, educação básica, planejamento familiar, etc. No entanto, a partir dos anos 90, em decorrência das mudanças na economia, na sociedade e no mundo do trabalho a educação não-formal passou a ter grande destaque. “Passou-se a valorizar os processos de aprendizagem em grupos e a dar-se grande importância aos valores culturais que articulam as ações dos indivíduos” (GOHN, 92, p.2001).

Em 1990, na Tailândia, foi realizada uma conferência mundial sobre a educação sob os auspícios da ONU e UNESCO onde foram elaborados dois documentos:

1) Declaração mundial sobre educação para todos e

2) Plano de ação para satisfazer necessidades básicas de aprendizagem.

Estes documentos ampliam o campo da Educação para outras dimensões além da escola, buscando abranger, não só conteúdos teóricos e práticos, mas também, valores e atitudes para viver e sobreviver e a desenvolver a capacidade humana.

Maria da Glória Gohn levanta a hipótese de que os movimentos sociais populares são formas renovadas de educação popular. Portanto, examinar-se-á a relação entre a prática dos movimentos sociais urbanos, que se dão principalmente a partir dos anos 70, e os instrumentos e mecanismos pedagógicos subjacentes a esta ação social. A ação pedagógica dos movimentos populares não ocorre através de um programa previamente estabelecido, mas através dos princípios que fundamentaram programas de educação popular, formulados por agentes institucionais determinados, tais como grupos de assessorias articulados a Igrejas, a partidos políticos, a universidades, a instituições governamentais nacionais e internacionais, a sindicatos, entre outros.

As metodologias de operacionalização daqueles programas foram formuladas pelos agentes assessores dos movimentos. A aplicação e difusão da metodologia desenvolveram-se a partir do trabalho das lideranças da parcela da população organizada (GOHN, 1999). A mencionada autora identifica a 1ª. fase da educação popular como aquela praticada nos anos 60, a partir da experiência do MEB – Movimento de Educação de Base – e os programas do sistema Paulo Freire².

Esta fase constitui-se, pois, como um elo de transição entre a produção teórica sobre a educação popular e a prática efetiva de vários movimentos sociais. Assim, a

² O sistema Paulo Freire consiste, grosso modo, em um processo pedagógico que visa a autonomia sócio-educativa do cidadão/cidadã.

educação popular entrou na moda nos palcos de discussões. Paralelamente, grupos de intelectuais começaram a se engajar em assessorias a movimentos sociais embrionários, de reivindicações por melhorias urbanas. Grupos de assessorias deixam de levar material já pronto para trabalhar com os grupos populares e passam a estimular a produção daqueles materiais, em conjunto com os próprios interessados (GOHN, 1999).

Oficinas de trabalho se estruturam para produzirem cartilhas de demandas populares sobre o papel do saneamento básico na vida das pessoas, da importância da educação da mulher, do caráter educacional que o equipamento creche deve ter, entre outros. As demandas encontram um alvo privilegiado: o poder público local. Assume-se, portanto, o caráter político dos trabalhos e desassume-se seu caráter de educação para alfabetização e/ou escolarização entrecortado pela politização (GOHN, 1999).

A politização não passa mais, necessariamente, pela aquisição dos rudimentos da educação formal. O princípio básico adotado na educação popular foi o do desenvolvimento de uma ação pedagógica conscientizadora, que deveria atuar sobre o nível cultural das camadas populares, em termos explícitos dos interesses das mesmas.

Gohn defende a idéia de que os movimentos sociais urbanos são a continuidade da produção sobre a educação popular, com uma diferença básica: não se trata mais de programa educacional, e sim de manifestações sociais concretas produzidas por grupos organizados.

Nos movimentos sociais, a Educação é autoconstruída no processo e o educativo surge de diferentes fontes, a saber:

a) Da aprendizagem gerada com a experiência de contato com fontes de exercício do poder;

b) Da aprendizagem gerada pelo exercício repetido de ações rotineiras que a burocracia estatal impõe;

c) Da aprendizagem das diferenças existentes na realidade social, a partir da percepção das distinções nos tratamentos que os diferentes grupos sociais recebem de suas demandas;

d) Da aprendizagem gerada pelo contato com as assessorias contratadas ou que apóiam o movimento;

e) Da aprendizagem da desmistificação da autoridade como sinônimo de competência, a qual seria sinônimo de conhecimento (GOHN, 1999).

Essas fontes e formas de saber, no caso dos movimentos sociais, constituem um instrumento poderoso das classes populares, no sentido de atingirem seus objetivos. Este saber gera mobilizações e inquietações que põem em risco o poder constituído, ainda que seja um poder exercido por uma administração dita popular.

É dentro desta perspectiva que especular-se-á sobre o papel dos processos educativos na experiência concreta da comunidade do Candeal Pequeno.

1.2 Quanto à Identidade

Na abordagem da identidade, será levado em consideração o pensamento de Stuart Hall. Este autor foi diretor do *Center for Contemporary Cultural Studies* (CCCS) da *Universidade de Birmingham*, no período de 1968 e 1979. O CCCS foi criado por Richard Hoggart, seu primeiro diretor e por Raymond Williams. Tal centro é fruto da institucionalização dos Estudos Culturais³ Ingleses.

Os Estudos Culturais surgem na década de 60, preocupados em compreender as práticas e as instituições culturais e suas relações com a sociedade e as transformações sociais.

De um modo geral, para os Estudos Culturais, a cultura é entendida como a esfera na qual se naturalizam e se representam as desigualdades sociais – inicialmente desigualdades de classe (foco do interesse dos primeiros culturalistas); hoje cada vez mais desigualdades de gênero, raça ou etnia (foco do interesse da equipe de Estudos Culturais a partir dos anos 90) e identidade (GOMES, 2000, p.101).

A cultura, também, é entendida, por esta equipe, como canal onde os diferentes grupos subalternos vivem e resistem à subordinação (GOMES, 2000 p.102), constituindo-se enquanto espaço da luta pela hegemonia. Ainda é importante ressaltar, sobre os Estudos Culturais, o seu esforço interdisciplinar em trazer para a interpretação da cultura as contribuições da sociologia, da história, da filosofia, e inclusive da crítica literária.

³ Para uma avaliação mais geral sobre os Estudos Culturais ver as coletâneas CURRAN; MORLEY & WALKERDINE, 1998; DURING, 1997; CURRAN & GUREVITCH, 1996.

Os Estudos Culturais, nos dias atuais, se destacam nas discussões sobre feminismo, raça e identidade. Em termos gerais desta equipe, a principal preocupação é compreender como se constituem as classes trabalhadoras e a sua situação social e cultural, e a partir daí buscar os meios de redefinir a noção tradicional de cultura de modo a estendê-la o bastante para fazer a inclusão da cultura popular.

Stuart Hall, bem como os Estudos Culturais, são vistos como produto social histórico, vinculados ao florescimento da *New Left*, na Inglaterra da metade da década de 50, e na natureza socialista, “preocupada com a abolição dos privilégios econômicos e educacionais e interessada em envidar esforços em prol do enriquecimento social e cultural da vida da classe trabalhadora”. (GOMES, 2000, p.134). No primeiro momento, a relação entre os Estudos Culturais e o marxismo não foi de afinidade instantânea, mas o contexto de formação da *New Left* os aproximou.

Segundo Itania Gomes, a *New Left* põe os principais intelectuais dos Estudos Culturais, principalmente Stuart Hall, em contato com a obra de alguns marxistas até então não acessíveis em inglês; como o marxista russo Mikhail Baktrín ou o filósofo marxista italiano Antonio Gramsci, mas também com intelectuais seus contemporâneos, sobretudo aqueles que vinham fazendo uma síntese entre estruturalismo e marxismo como Louis Althusser.

Este é o pano de fundo onde se movimenta o pensamento de Stuart Hall. No que diz respeito a este estudo, em particular, é a questão da identidade. Hall a distingue enquanto uma categoria alvo de extensa discussão na teoria social. Este autor destaca que, em essência, o argumento é o seguinte: as velhas identidades, que, por tanto tempo,

estabilizaram o mundo social estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado.

Assim, a chamada crise de identidade é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referências que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social.

Hall concorda com a afirmação de que as identidades modernas estão sendo descentradas, isto é, deslocadas ou fragmentadas e a partir daí ele busca qualificar e discutir quais podem ser as suas prováveis consequências. Para este autor, o conceito de identidade é demasiadamente complexo, muito pouco desenvolvido e muito pouco compreendido na ciência social contemporânea para ser definitivamente posta à prova.

Segundo a lógica dos teóricos/teóricas que acreditam que as identidades modernas estão entrando em colapso, interpreta-se que há um tipo diferente de mudança estrutural transformando as sociedades modernas no final do século XX.

Estas transformações estão, também, mudando nossas identidades pessoais, abalando a idéia de que temos de nós próprios como sujeitos integrados. Esta perda de um “sentido de si” estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento ou descentração do sujeito. E isso está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais (HALL, 2003).

É a partir deste panorama e buscando inspiração em K. Robins⁴ que Hall assevera que algumas identidades gravitam ao redor da “Tradição”, tentando recuperar sua pureza anterior, enquanto que “outras aceitam que as suas identidades estão sujeitas ao plano da história, da política, da representação e da diferença e, assim, é improvável que eles sejam outra vez unitários ou puros...”, caracterizando assim a sua condição de “Tradução”.

Portanto, para Hall, torna-se cada vez mais evidente, dentro do contexto da globalização, que as identidades se movimentam entre a tradição e tradução. Ancorado, neste referencial teórico, a perspectiva identitária, na experiência comunitária do Candeal Pequeno, será analisada.

1.3 Quanto aos Movimentos Sociais Urbanos

A abordagem relativa aos movimentos sociais será tematizada a partir do arcabouço teórico do intelectual espanhol Manuel Castells. Os movimentos sociais urbanos vão (res)surgir nos anos 70, a partir das lutas reivindicativas, como respostas ao mesmo tempo de infra-estrutura e serviços urbanos e a falta de liberdades democráticas, vivenciadas na época por conta da vigência, aqui no Brasil, do regime militar.

Também na Europa, principalmente na Espanha, esse vai ser um momento de afirmação dos movimentos sociais urbanos, igualmente denominados de movimento

⁴ Entre as obras de K. Robins que expressam esta idéia destaca-se: Robins, K. "Tradition and translation: national culture in it's global context". In corner, J. and Harvey, S. (orgs.), Enterprise and heritage: Crosscurrents of Nacional Culture. Londres, Routledge, 1991.

citadino. Este movimento, segundo Castells, representou, de fato, o despertar da sociedade espanhola numa multiplicidade de dimensões.

Associações de vizinhos, comitês de usuários, organizações de consumidores, associações de donas de casa, grupos de mulheres, clubes juvenis, associações de aposentados e pensionistas, organizações de comerciantes, associações de paraplégicos, grupos excursionistas e esportivos, entidades cívicas, centros culturais, associações de defesa dos patrimônios artísticos e tantas outras formas de reunião de atividade de expressão, que iam negando, praticamente dia a dia, o silêncio imposto pela repressão policial e a passividade de uma sociedade baseada na ausência de democracia (CASTELLS, 1980).

O autor espanhol, evidentemente, está se referindo ao período dominado pelo regime franquista⁵ em seu país. Para Castells, os movimentos sociais urbanos vão beber na fonte do movimento operário. Compreendido, aqui, desde uma perspectiva marxista, como o verdadeiro motor da luta contra a ditadura e espinha dorsal da oposição democrática ao regime franquista.

Mas, a partir da criação dessa base, era absolutamente necessário ampliar o leque de classes sociais, de reivindicações econômicas e de objetivos políticos para que as coisas mudassem, tanto no nível da vida cotidiana como das formas políticas institucionais. E esse foi o papel histórico cumprido pelos movimentos sociais urbanos.

⁵ Franquismo é um termo relativo a um regime totalitário que teve vigência na Espanha entre os anos de 1938 a 1975, comandado pelo General Francisco Franco.

Embora as principais lutas e a organização mais ampla tenham ocorrido nos bairros operários das principais cidades espanholas, o conjunto da sociedade sentiu-se cada vez mais atingido por um movimento que exigia a contraposição das necessidades sociais aos lucros dos monopólios e a expressão espontânea dos moradores ao autoritarismo burocrático-militar (CASTELLS, 1980).

Os movimentos sociais urbanos vão surgir num ambiente de crise do capitalismo avançado, constituindo-se em múltiplos atores, numa infinidade de expressões sociais que lutam, organizam-se e tomam consciência, na tentativa de provocar as transformações da vida cotidiana.

Castells enfatiza que os movimentos sociais urbanos estão enraizados na evolução da contradição dos elementos que configuram nossas sociedades em sua relação dialética: O capital monopolista e suas tendências à crise, expressadas numa crise urbana cada vez mais profunda; as classes sociais e a luta em defesa dos seus interesses, que se prolonga em luta política de classes; enfim, o Estado e as formas mutantes de representação, repressão e de negociação de interesses sociais que o constitui.

A crise urbana, conhecida por experiência própria pelos habitantes das grandes cidades, provém da crescente incapacidade da organização social capitalista para assegurar a produção, distribuição e gestão dos meios de consumo coletivo necessários à vida cotidiana, da moradia às escolas, passando pelos transportes, áreas verdes entre outras.

Portanto, a concentração espacial dos trabalhadores em grandes cidades e áreas metropolitanas de dimensão cada vez maior determina, por sua vez, a concentração e interdependência crescente do conjunto de meios de consumo que lhe são necessários. Esta demanda ocorre tanto no que se refere ao consumo individual (produtos distribuídos através do mercado de forma fracionada), como ao consumo coletivo (bens e serviços indivisíveis, que correspondem à maioria dos serviços urbanos: educação, moradia, transportes, saúde, áreas verdes, centros culturais, etc.) (CASTELLS, 1980).

Castells ressalta, ainda, na esteira deste processo, a crescente interdependência das unidades de produção e de gestão, tanto em seu aspecto econômico como em seu aspecto técnico, conduzindo à criação de um verdadeiro complexo econômico-social, que constitui a estrutura urbana dessas unidades de atividades e de residência, que são as cidades.

A crise urbana e sua politização, a partir da intervenção contraditória do Estado, tornam-se ainda mais profundas devido à crise estrutural que atravessa o sistema capitalista nos últimos anos. De fato, não podendo atender ao conjunto das demandas sociais, o Estado concentra seus investimentos naquelas funções urbanas necessárias ao funcionamento do pólo dominante, isto é, do capital. Enquanto permanecem afastadas as necessidades habitacionais, de transportes e equipamento social da população (CASTELLS, 1980).

No entanto, Castells argumenta que as pessoas resistem ao Processo de individualização e atomização, tendendo a agrupar-se em organizações comunitárias

que, ao longo do tempo, geram um sentimento de pertencimento e, em última análise, em muitos casos, uma identidade cultural, comunal.

Para tanto, o autor apresenta a hipótese de que faz-se necessário um processo de mobilização social, isto é, as pessoas precisam participar de movimentos urbanos, pelos quais são revelados e defendidos os interesses em comum, e a vida é, de algum modo, compartilhada, e um novo significado pode ser produzido (CASTELLS, 1999).

Neste aspecto, a movimentação dos diversos fatores sociais, ou seja, o movimento ecológico, feminista e racial, direitos civis e humanos, entre outros, cumprem um importante papel de mobilização na configuração de um novo movimento social urbano que transcende a questão de classe, mas está comprometido com as lutas contra as desigualdades sociais, econômicas, políticas, culturais, raciais e de gênero. A expressão desse novo movimento social tem reflexos na intensa mobilização comunitária, vivida principalmente nos anos 90 no Candeal Pequeno, fruto do forte apelo cultural que tem raízes afro-ancestrais.

Portanto é a partir do arcabouço teórico, aqui exposto, que será analisado o contexto do Candeal Pequeno nos próximos capítulos, no intuito de identificar os processos educativos materializados pela mobilização comunitária e força identitária, construídos por esta comunidade.

2 – O Candeal Pequeno no Contexto

Histórico

2.1 Do surgimento da comunidade ao Império

O Candeal Pequeno pertence á região de Brotas localizado na Cidade do Salvador, capital do Estado da Bahia, a nordeste do Brasil, num ponto entre 38°29'25,5"w a 38°28'45"w longitudinal e entre 12°59'22,5"s a 13°00'00"s latitudinal⁶, conforme mapa 1 (na página 19).

A comunidade do Candeal Pequeno é marcada como área de refúgio para escravos libertos, cuja formação remonta a aproximadamente trezentos anos. O nome Candeal tem origem na existência, em abundância na época do seu povoamento, da planta Candeia. A comunidade, originária da região de Brotas, conforme mapa 2 (na página 20), surgiu de um decreto de D. Sebastião Monteiro da Vide (Arcebispo de Salvador), em 1718. Muito embora nesta região tenha sido registrada, ainda no ano de 1556, a intervenção dos jesuítas organizando um aldeamento de índios, na localidade hoje conhecida como Cruz da Redenção (VASCONCELOS, 2002, p. 67) nas cercanias do Candeal Pequeno.

⁶ Base SICAR/RMS (Sistema de Informação Cartográfica da Região Metropolitana de Salvador) 2001, (Conder) folha N°. 150.350.

O período consignado como o de criação da Freguesia de Nossa Senhora de Brotas⁷ é conhecido por alguns autores, entre eles, Pedro de Almeida Vasconcelos, como a idade de Ouro de Salvador, (Cidade do Salvador – ver mapa 3 na página 21). O referido autor define cronologicamente este período entre os anos de 1650 a 1763.

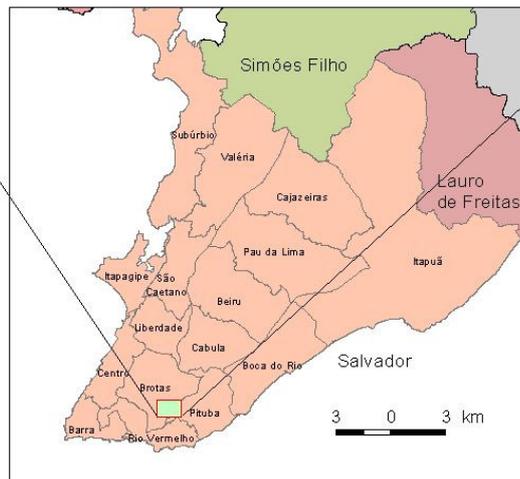
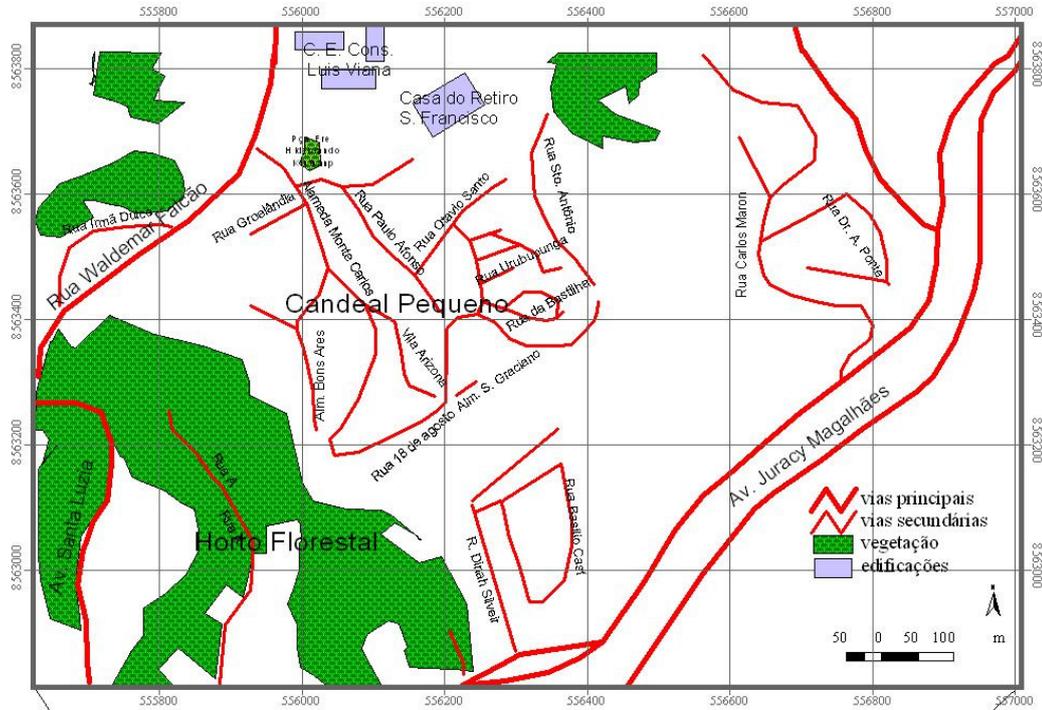
É importante lembrar que a cidade do Salvador foi a primeira capital brasileira, desde a sua fundação, em 1549, até 1763, assim como a segunda cidade do Império Português, como assinala Pedro Vasconcelos.

Os laços fortes com o passado, e sua riqueza num Brasil Colonial, destacando o seu Porto, enquanto exportador de açúcar e de fumo, e como porto de entrada de mercadorias européias e de escravos africanos, “resultaram numa combinação populacional que a tornou a maior cidade brasileira, com população majoritariamente entre negros e mestiços, além dos componentes de origem portuguesa e indígena” (VASCONCELOS, 2002, p.12). No final do período, a paróquia da região de Brotas chegou a registrar uma população de 1.045 “almas” na freguesia Nossa Senhora de Brotas (COSTA, 1989), sendo a maioria de negros e pardos entre escravos e libertos.

Entre as demais, esta freguesia era a que possuía maior área, estendendo seus limites até Itapuã. Tinha característica semi-rural, destacando-se como atividade predominante a lavoura, com o cultivo de mandioca, hortaliças e árvores frutíferas, nas chamadas roças, onde também se criava gado leiteiro. A maior parte da população era de baixa renda, com significativa presença de negros libertos (COSTA, 1989).

⁷ No século XVIII Salvador era dividida espacialmente em 12 freguesias, esta terminologia é representativa da influência que a igreja exercia a época.

Mapa 1 – Candeal Pequeno

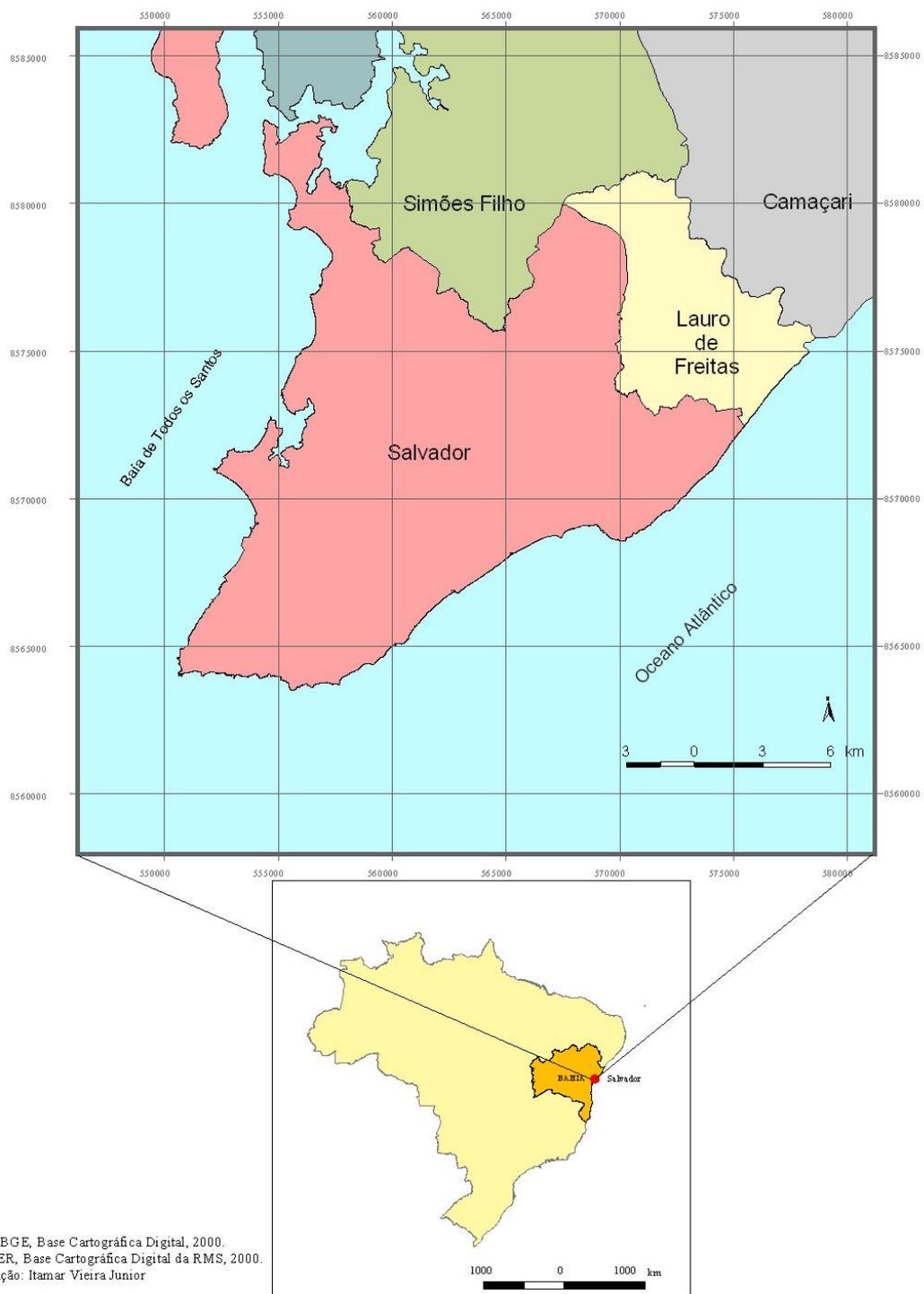


Fonte: CONDER, Base Cartográfica de Salvador, 1:12.500, 1992.
 Elaboração: Itamar Vieira Junior

Mapa 2 – Salvador/Regiões Administrativas



Mapa 3 – Localização da Cidade do Salvador



A história do Candeal, especificamente, tem início na Costa da África, de onde Josepha Sant' Anna ansiava vir para Salvador, pois ela sabia que aqui tinha parentes, que vieram, segundo seu pai, como escravos. “Num determinado dia em 1781, Josepha Sant' Anna embarca para o Brasil, mas ela não vem como escrava e trás consigo moedas de ouro e prata com as quais pretendia comprar a liberdade de seus parentes” (MACCA, 2001).

Josepha Sant' Anna, segundo depoimento de Hilda Santana (descendente de Josepha), chega a Salvador aos 12 anos, veio com uma família com quem trabalhou cuidando das crianças. Ela não encontra seus parentes e quando se torna adulta junta os recursos que trouxe da África com os ganhos trabalhando aqui em Salvador e compra terras e alguns escravos, instala-se na região de Brotas, numa pequena mata de candeias (planta que produzia madeira usada para carvão).

Segundo este depoimento, ela prosperou, produzindo azeite de dendê e em consequência do êxito do comércio estabelecido, mediante a utilização de mão-de-obra escrava, para venda do produto na cidade. Com seus escravos, desenvolveu relações diferenciadas, contemplando-os com certa liberdade de ação, pois quando retornavam do trabalho podiam fazer o que quisessem: dormir, dançar ou tocar atabaque.

Mais tarde, Josepha Sant' Anna “casou-se com o mulato Manuel Mendes. Foi o primeiro casamento de gente africana na igreja de Brotas” (MACCA, 2001). A formação de uma família, aqui na Bahia, já que definitivamente não encontrara seus parentes, lhe garantiu uma longa descendência, representada, nos dias atuais, pela D.

Hilda Santana Quirino, ou Dona Didi, que reside nas terras que já foram de sua ascendente.

Este período, que coincide com a vinda de Josepha, segundo Pedro Vasconcelos, corresponde ao período denominado por ele de "Capitania de Capital" que vai de 1763, quando Salvador deixa de ser a capital da Colônia, até 1823, com o início do regime imperial. Um dos fatos de destaque deste período, inicialmente, foi a transferência da capital colonial de Salvador para o Rio de Janeiro. Entretanto "Salvador continuou, até quase o final do período, como a principal cidade da América Portuguesa e como primeira praça comercial" (VASCONCELOS, 2002, p.123).

Segundo Vilhena, em 1802, a vasta freguesia de Nossa Senhora de Brotas, área de Salvador que como já vi corresponde à localização do Candeal Pequeno, tinha três filiais: as capelas de Nossa Senhora da Luz, de Nossa Senhora da Boa Vista e de Santo Antônio (VILHENA, 1969, p.48 *apud* VASCONCELOS, 2002, p.172).

Neste período, as principais transformações na região de Brotas foram: a construção do Solar Boa Vista de Brotas (final do Século XVIII), casa que viria a abrigar o poeta Castro Alves; a reforma da Igreja Matriz (1781) e a criação da Irmandade de Nossa Senhora de Brotas (VASCONCELOS, 2002, p.172). Destaca-se, ainda de importante: a formação de quilombos ao redor da Casa da Pólvora, no Matatu (OTT, 1957), o que configura o caráter periférico daquela região.

Num período posterior, que coincide com o Império, Salvador, que foi considerada a capital do Atlântico Sul, até então, perde a sua centralidade econômica e política. Como asseverou o professor Cid Teixeira.

A implantação da navegação a vapor tornou desnecessários os ventos e as correntes marítimas. Então esse porto da Baía de Todos os Santos para o qual esses elementos naturais traziam os barcos deixou de ter sentido. Abriu-se o Canal do Panamá que permite o atalho do Atlântico Norte para o Oceano Pacífico.

Abriu-se o Canal de Suez que permite entrar pelo Mediterrâneo, atingir o Oriente, a Índia e por ali abaixo. Esses dois fatos isolados e separados, independentes entre si, terminaram por influir na mudança do destino e do processo da cidade do Salvador (TEIXEIRA, 2003).

Na primeira metade do Século XIX, travaram-se intensas lutas em quilombos localizados nesta cidade, principalmente em Cajazeiras, Cabula e Itapuã. Em 1835, ocorreu a mais importante revolta negra, a Revolução Malê, de caráter islâmico (VASCONCELOS, 2002, p.192). É importante lembrar que o companheiro de Josepha Sant'Anna, o Sr. Manuel Mendes, era de origem muçulmana, muito embora provavelmente tenha se convertido ao catolicismo, ou pelo menos se submeteu ao sacramento desta religião, tendo em vista o seu casamento ter ocorrido, como conta Macca (2001), na Igreja de Brotas.

2.2 Da República à Metropolização

Na República, o Candeal vai se debruçar sobre uma Salvador com pouco prestígio no plano nacional. No entanto, esta cidade será objeto de reformas urbanas,

sendo alvo de acalorados debates, cuja polêmica se concentrou na questão do velho/novo, enquanto mediadora ou não da modernização urbanística. Neste sentido, o exemplo de ação pública “modernizadora” mais dramática será a derrubada da Igreja da Sé. Dois anos depois da demolição da Sé, em 1935, ocorreu a Semana de Urbanismo⁸, sediada nesta cidade, ainda sob o clima da discussão da questão velho/novo no espaço urbano. Ainda neste período, o quadro de ocupação urbana do Candeal permanece inalterado.

Em 1937, destaca-se como fato social a realização do 1º Congresso afro-brasileiro na Bahia. Na verdade, a afirmação política e cultural da população afrodescendente vai se recompor, no período pós-abolição, inclusive, a partir de iniciativas lúdico-culturais, quando começaram a sair, no carnaval, grandes clubes negros, como a "Embaixada Africana", entre 1892 e 1895, a "Chegada Africana" (1895 a 1897) e, em 1897”, Pândegos da África" (QUERINO, 1995, p. 62). Estes blocos seriam os precursores dos atuais blocos, incluindo a Timbalada (1994), no Candeal.

Em Salvador, grandes lotes foram aprovados, na década de 30, entre eles o da Roça dos Netos, de Evandro B. da Silva, em 1938, com 340 lotes no Candeal (PMS, 1977). Este loteamento, provavelmente, pertenceu à Josepha Sant'Anna, entretanto, a extensão das suas terras, hoje, está circunscrita a uma faixa menor que a área original, composta pela encosta e pelo altiplano. Mais tarde, já no meado do Século XX, tal área passou a chamar-se de Candeal Pequeno.

⁸ A Semana de Urbanismo foi uma promoção conjunta da Sociedade de Amigos de Alberto Torres e da Comissão do Plano da Cidade de Salvador. Entre outros objetivos, destacam-se: o estabelecimento de zonas para a cidade, com a regulamentação de funcionamento de cada uma delas, preservação dos monumentos históricos, etc.

Com o acelerado crescimento da cidade, nos anos 40, Salvador recebeu um grande aporte migratório. O aumento populacional e os baixos rendimentos associados à necessidade de moradia descortinaram formas coletivas de resolver a questão habitacional, embora de forma irregular, através de “invasões” e ocupações de terrenos.

Algumas residências foram edificadas através do recurso de auto construção ou sistema de "mutirão". A força do movimento social e a incapacidade do Estado e do mercado imobiliário de atenderem à demanda levaram a um reconhecimento tácito desses aglomerados, aos poucos urbanizados pelos seus moradores e, posteriormente, pelo Estado (VASCONCELOS, 2002, p. 420).

O Candeal Pequeno, a partir da década de 50, sofre uma densificação que se ampliará nas duas décadas seguintes, através, principalmente, da compra de lotes vendidos pela família Sant'Anna. É importante o depoimento do Sr. Antônio Dias, líder comunitário local, para a compreensão das transformações sofridas no local, acrescendo-se ao histórico de ocupação do território.

Ele chegou ao Candeal Pequeno em 1954, procedente da cidade de Conceição do Coité. Naquela época, nos conta o referido líder comunitário: “eram poucas casas, ainda existindo muitas árvores frutíferas, principalmente as mangueiras”. O Sr. Antônio Dias revela, também, que, no ano de 1965, foi feita a partilha do terreno no cartório de registro de imóveis.

No alto da cadeia sucessória da propriedade do Candeal Pequeno, está Dona Francisca Romana, neta de Josepha Sant'Anna, e, em seguida, vem a sua filha Maria

Irênia da Anunciação Mendes. Na terceira geração, o terreno é repartido entre os filhos e sobrinhos desta última, incluindo aí Dona Didi. A partir de 1965, boa parte do que restou do imóvel foi repartido e vendido a terceiros que iriam conviver com a família Sant'Anna.

Nos anos 60/70, há uma intensificação da orientação, traçada pelo EPUCS⁹, de se criar uma malha viária que desse sustentação à expansão da cidade que vivia as conseqüências...

...do impacto dos investimentos industriais (Petrobrás, Complexo Industrial de Aratu (C.I.A) e Pólo Petroquímico de Camaçari (COPEC); o desenvolvimento de novas formas de atividades comerciais e de serviços; a ampliação dos interesses imobiliários; o desenvolvimento da construção civil e da verticalização; a criação de um sistema viário moderno, favorecendo o uso do automóvel; e as dificuldades de circulação e de estacionamento nas áreas centrais (VASCONCELOS, 2002, p. 383).

No início da década de 70, o Governo Federal institucionaliza a Região Metropolitana de Salvador. É uma época em que a cidade passa por transformações urbanas, com a abertura de avenidas de vale, a criação do Centro Administrativo da Bahia (CAB) e com a expansão urbana rumo ao miolo da cidade. A partir daí surgem as avenidas de vale e, entre elas, a Avenida Juracy Magalhães e a Avenida Antônio Carlos Magalhães. Estas duas vias vão beneficiar uma das principais áreas visadas pelo mercado imobiliário, justamente no entorno do Candeal Pequeno.

Desenvolvendo em Salvador um novo bairro denominado de Cidade Jardim. A densificação da referida área respeitou os seus limites, não obstante ter sido impetrada uma clara tentativa de segregá-lo, que culminou inclusive com o levantamento de um

⁹ O EPUCS (Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador) foi implantado em 1943. E entre outras orientações o EPUCS apontava para uma definição da malha viária que sustentaria a relação entre a cidade velha a ser modificada e a nova cidade com o aumento da sua complexidade.

muro na via que faz o acesso entre o Candeal Pequeno e a Avenida Juracy Magalhães, por dentro das torres de apartamentos de classe média alta. Neste trecho existe a única via alternativa de escoamento de pedestres e veículos da comunidade para a região Itaigara/Iguatemi. Mais adiante este episódio será abordado.

A Região Metropolitana de Salvador (RMS) "detém uma significativa concentração das atividades econômicas, constituindo-se em centro gerador e convergente da produção industrial e das atividades de serviços" (CONDER, 1985, p.25).

Num primeiro momento, esta nova realidade vai acarretar a elevação da massa salarial e por conseqüência uma demanda global na RMS, estimulando o surgimento e expansão de atividades ligadas ao setor terciário e à construção civil. Mas a expectativa criada forjou um fluxo migratório, obrigando a RMS a arcar com a emergência de aglomerações urbanas subnormais nas periferias de Salvador e dos demais municípios da região.

Este fenômeno vai afetar o Candeal Pequeno, visto que a migração, principalmente oriunda do interior do Estado da Bahia, nas décadas 60/70, vai acarretar um aumento populacional e a ampliação de residências na área. Já a partir da década de 50, este local assiste a uma primeira leva de migrantes, a exemplo do Sr. Antônio Dias, que chega ao bairro em 1954, vindo de Conceição do Coité, como já dito.

Na RMS, no que se refere à infra-estrutura, percebe-se um "crescimento espacial desequilibrado, com o agravamento dos déficits de equipamentos comunitários e

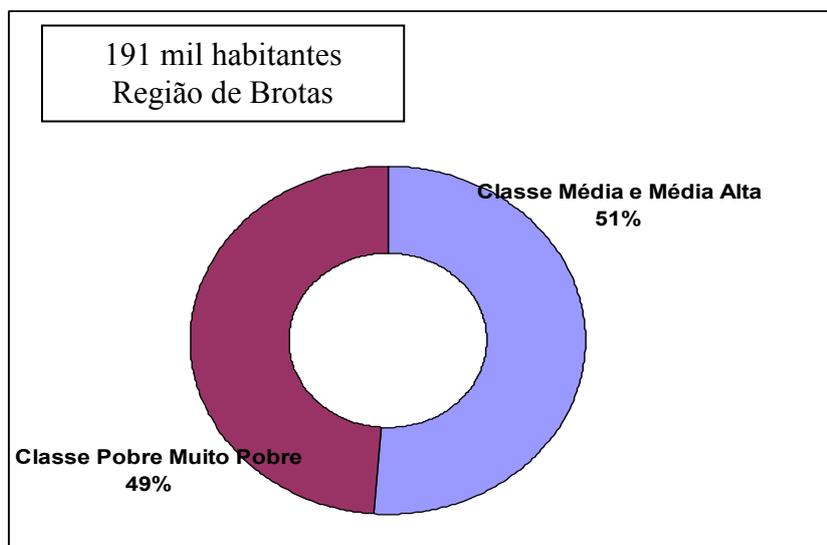
serviços públicos para o atendimento das populações" (CONDER, 1985, p.33) principalmente nos campos da habitação e saneamento. Uma das formas de caracterizar as metrópoles, notadamente aquelas dos países subdesenvolvidos, segundo Celina Souza, é vê-las "por um lado como um palco de um sem número de problemas, onde se destacam a deterioração da qualidade de vida, a marginalidade crescente de expressivos segmentos da população e o agravamento de déficits de equipamentos sociais" (SOUZA, 1985, p.13).

O Candeal Pequeno, numa configuração mais atual em relação à antiga freguesia de Nossa Senhora de Brotas, está inserido na região administrativa de Brotas, localizada na área central da cidade, limitada pela Avenida Vasco da Gama, Rua Djalma Dutra, Rua Cônego Pereira, Avenida Barros Reis, Avenida ACM e, por fim, a Avenida Juracy Magalhães.

O bairro de Brotas, onde se encontra o Candeal Pequeno, abrigou, ao longo dos anos, algumas figuras de relevo e entre estas destaca o poeta Castro Alves (Séc. XIX), que morou no Solar Boa Vista (já mencionado anteriormente); e no Séc. XX , entre outras figuras, o "Major" Cosme de Farias. Também intelectuais e artistas como: Pierre Verger (Vila América) e Carybé.

Em fins da década de 80, sua composição social é heterogênea. Segundo um levantamento da Prefeitura Municipal de Salvador, 51 % pertencem à classe média baixa e à classe alta e 49%, entre pobres e muito pobres, estimando-se uma população em torno de 191 mil habitantes, conforme gráfico 1 (página 30).

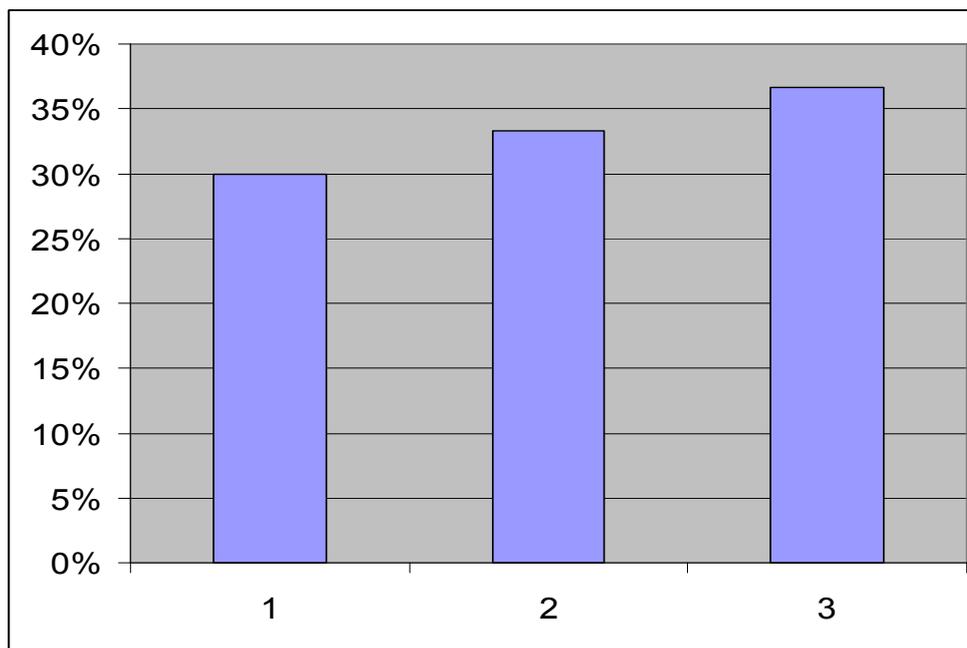
Gráfico 1
População de Brotas de acordo sua posição social



Fonte: *PERFIL DAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DE SALVADOR RA V – BROTAS* PMS.CASA CIVIL/Coordenação de Desenvolvimento Administrativo, 1988.

Do total da população da região de Brotas, 30%, conforme gráfico₂ exposto abaixo, reside na região há mais de 20 anos e dois terços moram há mais de 5 anos, o que dá um caráter de estabilidade populacional e acima de tudo uma relação de afeto com o espaço social urbano (PMS, 1988).

Gráfico 2
População segundo o tempo de residência em Brotas



Fonte: *PERFIL DAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DE SALVADOR R.A. V – BROTAS*. PMS.CASA CIVIL/Coordenação de Desenvolvimento Administrativo, 1988.

Obs.:

- 1. Morador(a) a mais de 20 anos**
- 2. Morador(a) a mais de 5 anos**
- 3. Morador(a) a menos de 5 anos**

Brotas já foi referência de vida saudável, devido ao seu relevo e vegetação, abrigando, inclusive, um importante hospital de tratamento de doenças respiratórias, principalmente a tuberculose. Nas duas últimas décadas a região tem alterado o seu perfil até então residencial, tornando-se um destacado subcentro, com a instalação de inúmeros estabelecimentos comerciais e de serviços.

Nas Avenidas de Vale: Mário Leal Ferreira – Bonocô, ACM, Vasco da Gama e Barros Reis, sobressaem as atividades ligadas, principalmente, à venda de produtos e serviços do setor automobilístico. E nas cumeadas (Avenida D. João VI, Rua Barros Falcão, Rua Cosme de Farias, Rua Almirante Alves Câmara, etc.), as atividades ligadas ao comércio e serviços.

Áreas mais específicas de Brotas (Candeal, Loteamento Cidadela e parte da Avenida D. João VI) abrigam serviços de saúde, tais como: Laboratórios, Clínicas e Consultórios Médicos. Brotas é inclusive responsável por 25% do número de estabelecimentos desta natureza na cidade (PMS, 1988).

É relevante lembrar, ainda, que Brotas, onde se insere o Candeal Pequeno, possui uma atividade industrial relativamente dinâmica, praticamente empatando em 3º. lugar com Itapagipe na quantidade de estabelecimentos (em torno de 8% do total de Salvador), que acompanhando a lógica da vocação de alguns grandes bairros populares da cidade, atuam na área de alimentos/bebidas e têxtil/vestuário, mas também possui unidades de fabricação de embalagens, gráficas, material ótico, entre outros (PMS, 1988).

Retomando, mais especificamente, a descrição histórica do Candeal Pequeno, vale lembrar que, com a morte de Josepha e o decorrer do tempo, a plantação de dendê se perdeu, então, a sua neta Sinhá Chica começou a arrendar as terras do Candeal e a partir daí a integridade do terreno e seu aspecto de comunidade sofreu alterações, dando lugar à ocorrência de loteamentos na localidade. A exemplo do Loteamento Roça dos Netos, de 1938, mencionado anteriormente, que nesta época já não mais pertencia à família Sant' Anna.

Entre os rendeiros estava o avô materno de Carlinhos Brown. Dona Madalena, mãe do famoso cantor e compositor, casou-se com o Sr. Renato e o trouxe para o Candeal. Tiveram ao todo 10 filhos. Carlinhos Brown cresceu ouvindo os tambores do Candeal que eram tocados em liberdade desde o tempo de Josepha (MACCA, 2001).

Carlinhos Brown não é o único artista no local. O Candéal, entre outras expressões musicais e artísticas, dispõe de “São Vavá” (maestro), Dona Branca (teatro e poesia), Marquinhos da Capoeira e outros, além de grupos musicais que antecederam à Timbalada, como o “Vai quem Vem”.

Assim como os quilombos, o Candéal, ainda, é símbolo de resistência à opressão e exclusão social, através da manifestação cultural e religiosa afrodescendente. Exatamente por isso, a Cultura é o principal patrimônio para a sustentação do desenvolvimento da comunidade. O bairro do Candéal, onde se insere o Candéal Pequeno, fica localizado na região de Brotas, situa-se num espaço que tem como limites a Avenida D. João VI, a Rua Waldemar Falcão/Horto Florestal, Avenida Juracy Magalhães Júnior e a Ladeira da Cruz da Redenção. Trata-se de uma área com aproximadamente 136.228,5 metros quadrados de 13,63 hectares¹⁰.

A população estimada gira em torno de 5.500 habitantes (APAS, 1999_b), composta basicamente de famílias de baixa renda, em grande parte descendentes diretos dos pioneiros. São 48% homens e 52% mulheres. Crianças com menos de 5 anos de idade correspondem a 11 % da população e os idosos a 6%, conforme tabela 1 exposta na próxima página.

¹⁰ Considerando-se a área que no seu conjunto abrangem: Candéal de Cima , Candéal de Baixo (Pequeno), Fonte do Governo e a Nossa Senhora do Candéal.

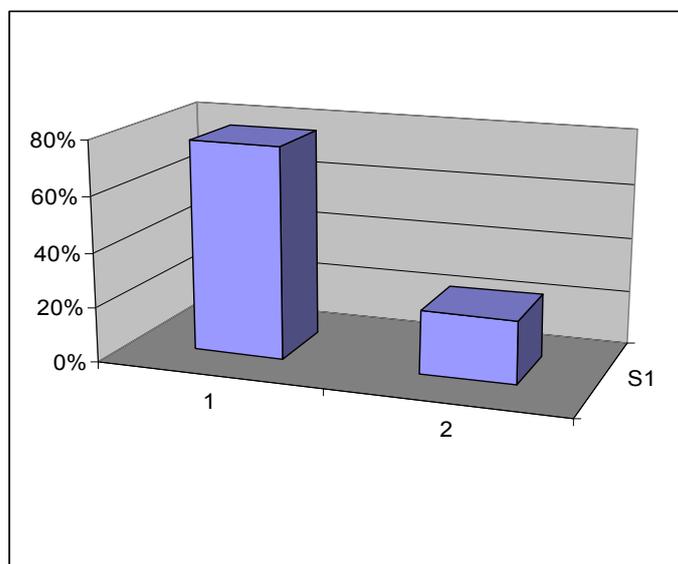
Tabela 1
Composição da população Candeal por gênero e geração (criança e idoso)

Gênero		Geração	
Homens	Mulheres	Idosos	Crianças (0-5)
48%	52%	6%	11%

Fonte: Conder/Pracatum relativo à pesquisa realizada em 1997.

Mais de 77% da população tem renda de apenas um salário mínimo, conforme gráfico 3 (exposto abaixo).

Gráfico 3
População do Candeal segundo a renda



Fonte: Conder/Pracatum relativo à pesquisa realizada em 1997.

Obs.:

1. Renda até 1 Salário Mínimo
2. Renda maior de 1 Salário Mínimo

Segundo levantamento realizado pela CONDER/APAS, existia, em 1997, aproximadamente 1.066 domicílios, que na maioria dos casos eram casas de um pavimento, dos quais 25% em locais com perigos potenciais de desabamento por enxurrada (o que significa 264 residências com aproximadamente 1.330 moradores). Ainda segundo esta mesma pesquisa, os riscos desta situação são maiores quando se analisa que 6% são terrenos invadidos, sem luz, sem água interna e 5% são construções improvisadas, sem sanitários. Das construções 21% não tem paredes rebocadas, a estrutura é ruim em 13%, as lajes são precárias em 25% das casas e foram encontradas infiltrações em mais de 300 casas (APAS, 1999), conforme tabela 2 exposto abaixo.

Tabela 2
Número de domicílios e as condições de infra- estrutura

Parede não Rebocadas	Fundação Irregular	Laje Precária	Infiltração
21%	13%	25%	28%

Fonte: Conder/Pracatum relativo à pesquisa realizada em 1997

À primeira vista, o Candéal é, atualmente, mais um entre outros bairros pobres de Salvador, cujos dados estatísticos apontam percentuais altos de desemprego e baixa renda. O Candéal Pequeno, como já assinalado anteriormente, vai ficar enclausurado entre grandes torres residenciais produzidas pelo mercado imobiliário, que constrói vários prédios residenciais no rastro das grandes intervenções de infra-estrutura pública e da demanda por moradia de classe média alta, principalmente para os técnicos e executivos vindos do sul-sudeste do país, para abastecer de mão-de-obra especializada o CIA e principalmente o COPEC.

2.3 Explosão Cultural e Mobilização Comunitária

Diante das demandas sociais e urbanas, temerosos com a explosão imobiliária no seu entorno e a crônica falta de assistência por parte dos poderes públicos, a comunidade do Candeal Pequeno se levanta em resistência, e o elo de ligação e de mobilização é a questão da identidade. Este local carrega uma forte identidade cultural, evidenciada, sobretudo, pela sua origem afrodescendente, pela sua história e pelos laços de parentesco enraizados há pelo menos dois séculos. Estes vínculos afetivos e culturais aproximam seus moradores, estimulam a cooperação, provocam a solidariedade, fortalecem as relações pessoais e o compromisso coletivo com o lugar (APAS, 1999). Este processo cultural influencia manifestações artísticas, sendo a musicalidade a mais marcante.

É a partir de um de seus moradores, Carlinhos Brown, que se tornou celebridade no mercado cultural da música, que foi criado a ONG Pracatum, em 1994, com a intenção de realizar programas educacionais e de desenvolvimento comunitário.

Da Pracatum originaram-se dois programas: 1- “TÁ REBOCADO”, cujo objetivo é melhorar a qualidade de vida da comunidade; e 2- Escola Profissionalizante de Música. A Pracatum aliou à educação, os projetos de urbanização, geração de trabalho e renda, saúde e meio-ambiente, bem como mobilização comunitária.

No Candeal Pequeno, o tambor esteve e está presente nos rituais do Candomblé, nas rodas de samba, nas festas do lugar, na diversão dos adolescentes, nas brincadeiras das crianças e representa o símbolo da possibilidade do sucesso.

É neste cenário que, em 1999, a Timbalada, movimento criado por Carlinhos Brown, inaugura o Espaço Cultural *Guetho Square* (Ver foto 1 exposta abaixo).

Foto 1
Candyall Ghetho Square



Fonte: MELLO & SIMÕES, 2002. *Estudo de Bairro: Candeal*. UNIFACS. Salvador.

No mesmo ano tem início as obras de urbanização do Programa “TÁ REBOCADO” (Programa habitacional que promoveu a construção e melhoramento das casas do local). Estas duas intervenções transformaram o Candeal Pequeno “numa área integrada à vida da cidade, tornando-se um dos principais centros culturais e de lazer de Salvador, provocando ao mesmo tempo oportunidades de emprego e renda local” (APAS, 1999).

Preocupada com este último aspecto, a Pracatum fez uma parceria com o SEBRAE, o que gerou uma pesquisa de campo, em novembro de 2001, para auferir a potencialidade e sistematização da geração de renda local, realizada pela Datanalise Pesquisa e Consultoria Ltda¹¹. Falar-se-á mais detalhadamente da Pracatum no Capítulo quatro. Além da Pracatum, destacam-se outros atores/atrizes cuja relação entre si foi marcada ora pela proximidade em atividades conjuntas, ora pela distância e até crítica mútua:

1) Associação Defesa e Progresso - fundada em 1978, cuja presidente é Arinalva Arcanjo (Tita). Esta entidade, depois de um período de desmobilização, retoma suas atividades em março de 2003. A associação tem um caráter assistencial e busca ampliar sua oferta de serviços à comunidade, com atividades de informática, artes cênicas e artes plásticas. A sua atual presidente é sobrinha de D. Didi e portanto descendente de Josepha Sant'Anna;

2) Associação dos Moradores da Fonte do Governo - criada em 1995, cujo presidente é o Sr. Nilton Vieira. Localizada geograficamente na área da Fonte do Governo (localidade pertencente ao polígono do Candéal), a AMFOGO tem caráter esportivo. O campo de futebol, sem nenhuma infra-estrutura, transforma-se, com o trabalho solidário dos líderes daquela associação, num espaço lúdico aos finais de semana. Na ocasião, são organizadas partidas de futebol, campeonatos e atividades recreativas afins. No entanto, apesar do enfoque maior ser a atividade esportiva, na prática tanto a Associação quanto o seu presidente estão empenhados na organização

¹¹ A Datanalise, a partir da contratação pelo SEBRAE, gerou um relatório onde caracteriza as condições e perspectivas dos pequenos e micro-empresários e dos ambulantes do Candéal Pequeno.

comunitária e na busca de soluções para os problemas sociais e de infra-estrutura. Esta entidade também trabalha em conjunto com a Pracatum;

3) Associação 9 de Outubro - fundada em 1989, cuja presidenta é Graciete Bispo. A associação tem um caráter mais ativista. A entidade é vista como canal de expressão, representação e mobilização para garantia das reivindicações dos moradores da comunidade. A representação desta entidade é relativa a uma faixa do Candeal que foi ocupada a partir da luta por terras em Salvador¹²;

4) Tita (uma das ativistas na Associação 9 de Outubro) - como é reconhecida na comunidade do Candeal Pequeno, em seu depoimento, falou da Festa de Santo Antônio da qual é uma das coordenadoras. Disse que a festa é organizada em dois momentos: o primeiro na Igreja da Misericórdia, no centro da cidade, e a segunda comemorada no altiplano do Candeal, num local conhecido como Tamarineiro, onde fica um santuário em homenagem a Ogum (Orixá que no sincretismo representa Santo Antônio).

Tita, também nos conta sobre os diversos grupos carnavalescos criados ao longo dos anos, principalmente por parentes seus e por via de consequência de Josepha Sant'Anna: Os Birutas (década de 70), Zimbábue (década de 80) e Abuse e Use (década de 90). Para Tita, a visibilidade atual do Candeal deve-se aos traços culturais mantidos após gerações a partir de Josepha Sant'Anna, fato esse, segundo ela, reconhecido pelo próprio Carlinhos Brown que nasceu e foi criado na comunidade. A Associação tem uma forte relação de parceria com a Pracatum.

¹² Ver, na segunda seção do Capítulo 2 deste trabalho, uma breve abordagem sobre a luta por terras em Salvador.

5) O Centro Comunitário Madre Helena – criado em 1984, é dirigido por Irmã Cândida, que, como foi dito anteriormente, pertence à Congregação Ancilas do Menino Jesus. Neste Centro Comunitário, segundo nos informou Irmã Cândida, funciona uma creche, que, além de misturar alfabetização e reforço escolar para crianças de 5 a 7 anos, oferece cursos de capoeira, dança afro, penteado afro e culinária. A relação deste Centro Comunitário é de independência com a Pracatum. Irmã Cândida considera que, no fundamental, a realidade social não sofre muita alteração, apesar de importante melhoria de infra-estrutura e habitação. Irmã Cândida, também, teve um papel importante no episódio de resistência à construção de um muro que impediria a circulação da comunidade do Candéal Pequeno.

Este episódio nos é relatado por Maria José Menezes, conhecida na comunidade como Dona Maria Gorda, que atribui a iniciativa de construção do muro aos síndicos dos prédios mais próximos da entrada da comunidade, na Rua 18 de Agosto. Dona Maria Gorda, junto com outras líderes, como Dina e Ciete, fizeram vigília diante do muro, que chegou a ser escavado, mas os moradores derrubaram cada tentativa de construção. A vigília acontecia durante o dia e a noite onde eram incluídas orações. Este episódio se deu no ano de 1999 e durou mais ou menos um mês, quando, a partir de intervenção política, a tentativa de construção do muro cessou.

6) O Terreiro Mutuizara - é dirigido pela Babalorixá Mãe Maiamba (Dona Angelina Santos) há 40 anos. Ao ser entrevistado pela jornalista Ceci Alves do Jornal A Tarde, o cantor/compositor Carlinhos Brown disse que a música “Dandalunda”¹³ foi uma homenagem à mãe de santo do terreiro do Candéal (A TARDE 27/02/2002). Mãe

¹³ Dandalunda é um cântico para pedir paz e tranquilidade, ligado a Orixá OXUM.

Maiamba veio do bairro de Cosme de Farias, na década de 60. Ela convive com as tradições da festa de Ogum já mencionada neste trabalho, bem como reconhece as origens do Candeal a partir de Josepha Sant'Anna. No entanto, o seu terreiro pertence à nação Angola e Ketu. A relação do terreiro com a Pracatum e o músico Carlinhos Brown é de admiração recíproca.

7) Líderes comunitários (não filiados a entidades), como Lizonete Guedes, que coordenou, junto com outras lideranças do Candeal Pequeno, a luta pela permanência das atividades no *Ghetto Square* no episódio do cancelamento dos *shows* (ver detalhes no capítulo 4) determinado pelo Ministério Público (A TARDE, 17/02/2003).

8) Artistas independentes¹⁴, tais como Dona Branca (Ivanise Sena Barbosa), que atua com teatro e poesia e adota uma linha crítica em relação a Pracatum e ao *Ghetto Square*. Para ela, além do barulho, os *shows* deixam um rastro de baderna e sujeira. Dona Branca, em seu depoimento, diz que os transtornos são de toda ordem, como por exemplo: urinam no chão em frente às casas, xingam, brigam, jogam latas de cerveja nas janelas.

As atividades da Pracatum, enquanto expressão e projeção da cultura do Candeal, ganham reconhecimento nacional e internacional, seja através da iniciativa da escola profissionalizante de música e o convênio com a Unesco e os apoios do MEC (Ministério da Educação e Cultura) e da SEC (Secretaria Estadual da Educação e Cultura), seja através do projeto “TÁ REBOCADO” (habitacional-urbanístico) ganhador, em 2001, de prêmios como o de “Melhores Práticas”, da Caixa Econômica

¹⁴ Para efeito deste trabalho está-se chamando de independentes aqueles artistas que não estão vinculados ao grupo musical da Timbalada e às demais atividades comandadas por Carlinhos Brown.

Federal (CEF), e o de “Tecnologia Social”, da Fundação Banco do Brasil e, no ano de 2002, o “Best Practice”, do Programa de Assentamentos Humanos das Nações Unidas (UN-HABITAT).

Finalmente, é importante destacar a paralisação das atividades do *Candyall Ghetto Square*, fruto da intervenção do Ministério Público do Meio Ambiente, diante das insistidas queixas - quanto ao barulho - dos moradores dos prédios de classe média alta que circundam a comunidade do Candeal Pequeno, ao longo de seis anos, bem como de alguns moradores da própria comunidade.

Esta situação gerou protestos de lideranças comunitárias, a exemplo de Nelcy Koppe da Associação 9 de Outubro, que lembrou os benefícios trazidos à comunidade pela Escola Pracatum e pelo projeto “TÁ REBOCADO” (ATARDE, 17/02/2003). Uma passeata em apoio a Carlinhos Brown e o retorno das atividades do *Candyall Ghetto Square* foi realizada em fevereiro de 2003. No entanto, apesar do apoio recebido, as atividades naquela casa de show até maio de 2004 estavam suspensas.

Então, a partir deste passeio histórico, esta pesquisa pretende analisar a experiência em pauta, à luz da expressão identitária acalentada ao longo do tempo, desde Josepha Sant'anna até os dias de hoje. Em consonância com a análise do contexto histórico abordaremos, no capítulo seguinte, aspectos relativos a construção do espaço de produção e reprodução da comunidade do Candeal Pequeno.

3 – As Condições de Vida e Moradia de Salvador no Candeal Pequeno: Da Escravidão à Exclusão.

3.1 A Moradia e a Vida no Século da Opressão, da Luta e da Negociação.

Considerando que a maioria da população do Candeal Pequeno é formada por afrodescendentes, neste capítulo será feita uma descrição e análise acerca das condições de vida e moradia deste contingente populacional, desde o século XIX, considerando-se a chegada de Josepha Sant'Anna, conforme anteriormente assinalado, como o marco da formação da comunidade do Candeal Pequeno.

Há coincidências importantes em relação ao registro da historiografia sob os aspectos até aqui assinalados, no trabalho do jornalista Marcelo Macca e também no depoimento de Dona Didi (Hilda Santana) a respeito das circunstâncias dos africanos e afrodescendentes libertos ou escravos do Século XIX, na Cidade do Salvador, e mesmo na Freguesia de Nossa Senhora de Brotas, onde está localizada tal comunidade.

Vale lembrar, conforme registrado anteriormente, que Dona Didi reivindica para si a continuação da descendência de Josepha Sant'Anna, sendo esta considerada a fundadora da comunidade (MACCA, 2001).

É importante, antes de tudo, entender o contexto social e econômico da sociedade escravista que dominava o país no período oitocentista, para analisar as condições de moradia e sobrevivência da população negra escrava ou liberta deste período em Salvador.

Já a partir do séc. XVI, constata-se a presença de uma população livre de africanos e afrodescendentes, mas seu crescimento data dos séculos XVIII e XIX. Segundo Manuela Carneiro Cunha, em 1798, a porcentagem entre negros e pardos livres era de 12,4% (CUNHA, 1985).

O fato de existir uma população livre, composta de mestiços e de negros, dentro do sistema escravista, criou a idéia de uma certa complacência da elite brasileira com esta situação, muito bem ressaltada pela historiografia da primeira metade do séc. XX (vide Gilberto Freire entre outros antropólogos e intelectuais).

Tal compreensão vai ser questionada entre outros autores por Gorender (1978). Segundo este autor, o escravismo é um sistema hierárquico de produção, e como tal, ele tem contido, na sua essência, a violência e a opressão que estarão eventualmente situados em pontos diferentes, em diferentes sociedades, mas não poderão deixar de existir.

Os números, embora às vezes descontraídos, deixam claro que no Brasil oitocentista a soma entre a população escrava e a livre sempre excederam à população branca. As dificuldades em se apurar os números da população negra no período de escravidão deve-se, em parte, à omissão feita por determinados proprietários de

escravos, como uma forma de minorarem o pagamento de dízimos às paróquias (MATOSO, 1974).

Manuela Carneiro da Cunha nos conta que os libertos e livres de cor no Brasil do século XIX não tinham, além disso, necessariamente interesses antiescravistas. Como todos os pobres, tanto urbanos quanto rurais, eles tendiam a colocar seu pecúlio em bens móveis, vacas, jóias, dinheiro e, sobretudo no meio urbano, em escravos de ganho¹⁵ (SCHWARTZ, 1973 *apud* CUNHA, 1985).

Nos testamentos de libertos da Bahia, analisados por Kátia Matoso, no período de 1790-1826, sobre os 75 testamenteiros que tinham algo a legar e descrevem seus bens, 64 possuem escravos e apenas 11 não os possuem (MATOSO, 1979).

Esses dados, em certa medida, mostram interesses contraditórios com os dos escravos. Entretanto, há casos de solidariedade, os mais óbvios são os relacionados ao resgate de parentes, envolvendo pais, mães, filhos, amantes e esposos que se resgatam mutuamente. Além de outros casos de libertos que ajudam membros da mesma etnia a comprarem sua alforria.

Outra forma de solidariedade são as Irmandades Religiosas de negros e pardos que emprestavam dinheiro a seus membros para a compra da sua alforria (CUNHA, 1985). Os segmentos de negros e mestiços livres crescem mais rapidamente do que a população branca, ao longo do século XIX, enquanto a população escrava só se mantinha às custas de importações maciças de “africanos novos” (CUNHA, 1985).

¹⁵ Escravo de ganho é aquele caracterizado por exercer funções de: vendas de quitutes, quinquilharias, e de serviços tais como: carregar mercadorias e pessoas. Ao fim de sua jornada o escravo entregava os recursos recebidos ao seu proprietário.

Existiam outras formas de se conseguir a liberdade dos escravos, entre elas, a disposição testamentária do senhor, registrada nas provedorias. Podia se conseguir, também, a qualquer momento, através de uma carta de alforria registrada nas notas de um tabelião. Carta de alforria esta que poderia ser gratuita ou onerosa.

Segundo Manuela C. Ribeiro, em Salvador, no período de 1684 a 1888, 48% das alforrias foram compradas. Havia os negros de ganho, escravos que trabalhavam fora de casa, como jornaleiros, vendendo alguma coisa nos mercados ou, sobretudo, pelas ruas da cidade: água, frangos, comidas e doces, louça, perfumes, tecidos e bagatelas. Uma das principais ocupações dos ganhadores era carregar: carregavam cadeirinhas, enormes barricas suspensas em varas, sacas de café, etc. (CUNHA, 1985).

Os negros de ganho parecem ter tido as maiores oportunidades de comprar alforria. Koster (1816), citado por Cunha (1985), menciona que geralmente esses escravos conseguiam comprar sua alforria em dez anos. Aliado à possibilidade de fazer trabalho extra, escondendo seus ganhos reais, podiam construir solidariedade eficaz com membros do seu canto¹⁶. O canto tinha funções de consórcio, de associação de auxílio mútuo para a alforria de seus membros (QUERINO, 1995).

Estes consórcios obedeciam a um modelo essencialmente africano ocidental, justamente da região de onde, supostamente, Josepha Sant'Anna teria vindo. Tendo acesso ao dinheiro, os escravos podiam, também, acertar com seus senhores serem coartados¹⁷. No campo, a relação escravista adotava formas diversas conforme o tipo de

¹⁶ O canto é a reunião de escravos e libertos de uma mesma etnia. E uma das prioridades deste agrupamento social era a conquista da alforria.

¹⁷ A coartação é uma das formas de liberdade sob condição: era a liberdade a crédito. Ou seja, ao longo de um determinado prazo de subjugação o escravo estaria livre.

agricultura e a organização do trabalho. Podia haver dois sistemas: ou o senhor provia os escravos de suas necessidades básicas, ou o escravo provia o seu próprio sustento, trabalhando em agricultura de subsistência aos sábados em vez de trabalho para o senhor.

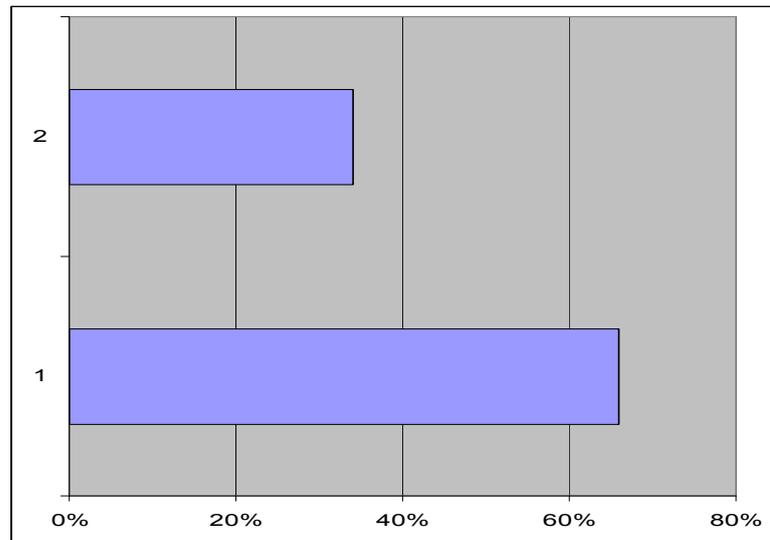
Às vezes, os escravos optavam por um regime de auto-subsistência acoplada à grande agricultura da propriedade. Como, também, outras vezes plantavam mandioca, feijão e milho para o mercado, criavam porcos e galinhas, alugavam para fora algum cavalo. O pecúlio dos escravos, ou seja, sua economia, não lhes pertencia de direito já que eles não tinham capacidade civil e que tudo o que era seu pertencia ao senhor. “Tudo indica, no entanto, que essa propriedade era reconhecida de fato” (CUNHA, 1985).

Na realidade, sabe-se que até escravos, certos escravos tinham, “como aquele feitor do engenho dos beneditinos em Jaguaribe que oferecia em vão os dois seus escravos em troca de sua própria liberdade” (KOSTER, 1816 p. 435 *apud* CUNHA, 1985); vide também exemplos urbanos de escravos de escravos em K. Matoso, (1979) e Inês Cortes de Oliveira, (1988).

A alforria, no entanto, não era indiscriminada: beneficiava claramente certas categorias de escravos. Beneficiava, primeiro, e em extraordinárias proporções, as mulheres.

Os estudos feitos até agora relevaram proporções da ordem de 66% de libertas mulheres, para apenas 34% dos homens (CUNHA, 1985) - conforme gráfico 4 a seguir.

Gráfico 4
Relação de Alforriados em Salvador por gênero



Fonte: (Cunha, 1985)

Obs.:

1. Libertas (Mulheres)
2. Libertos (Homens)

Nos testamentos, certas categorias de escravos eram favorecidos, embora não hajam dados numéricos para apoiar esta informação: seriam privilegiados os mais próximos, os mais velhos, os mais fiéis, as concubinas, os filhos bastardos. Denota-se daí um sistema de alforria assentado em relações pessoais, em proximidades, em favores. O favor não se limita, portanto, aos livres, mas, no entanto, é importante lembrar que a principal forma da sujeição dos escravos é a força.

Segundo Inês Cortes de Oliveira, a figura dos libertos, no decorrer do Século XIX, estava constituída da seguinte forma: a grande maioria era de pretos 78,3% africanos, crioulos 11,1% e 7,4% de pardos, conforme tabela 3 exposta a seguir.

Tabela 3
Índice de alforriados no século XIX segundo a
origem e a epiderme: africanos, crioulos e pardos

Africanos	Crioulos	Pardos
78,3%	11,1%	7,4%

Fonte: Oliveira, 1988

Com relação às condições de moradias dos libertos, suas casas podiam ser alugadas, com quartos sublocados aos escravos, ou próprias, adquiridas com o pecúlio que conseguissem juntar.

No período oitocentista, a moradia da população negra, escrava ou liberta, era definida ora pela senzala, no caso da maioria dos escravos, ora caracterizada por uma tipologia habitacional marcada, majoritariamente, pela pobreza, no caso dos libertos. Neste último caso, “as casas em sua grande maioria eram modestas, de taipa, ou pedra e cal, térreas, de porta e janela, em terrenos foreiros a conventos; igrejas ou de grandes proprietários urbanos” (OLIVEIRA, 1988). Na região de Brotas, era muito comum a existência destas casas na área conhecida como Quinta das Beatas (hoje bairro de Cosme de Farias) e na área pertencente ao atual bairro do Matatu. Mas, também, havia incidência de casas com estas características no Candeal.

Havia libertos que possuíam casas assobradadas, conforme verificado nos testamentos (OLIVEIRA, 1988), entre 1855 a 1867. Tinham, também, os sobrados

multifamiliares. Segundo o historiador João José Reis, a disposição interna de cada espaço destes sobrados era variada, chegando alguns a assumirem aspectos de senzalas urbanas. As principais características destas habitações são: o amontoado de gente, a pouca ventilação, nenhuma separação entre os quartos, sem privacidade, além de serem constituídas por uma só grande sala.

Rugendas ilustrou as moradias de libertos e escravos de ganho em sua documentação iconográfica feita entre os anos de 1821 e 1825. Elas consistiam numa pequena choupana construída de taipa (pau-a-pique), com cobertura de palha, e apenas uma porta. Maximiliano de Habsburgo, um dos constantes viajantes em expedição no Brasil, fez referência à existência de choupanas construídas com varas, barro e pau – a – pique.

Muitos libertos moravam na periferia da cidade, como a Freguesia de Nossa Senhora de Brotas, onde, em sua grande maioria, viviam dos trabalhos na lavoura ou apresentando o “ganho”¹⁸, como a segunda atividade (Costa, 1989). Vê-se, portanto, a articulação entre as roças de subsistência, com atividades urbanas exercidas pelos escravos e libertos. Muitas dessas roças foram registradas pelos órgãos governamentais da época, conforme atesta o Arquivo Público da Bahia (APEB: Seção de Arquivo Colonial e Provincial. Série; Governo e Judiciário. Março 2880-I).

As condições de vida eram precárias, também, para o escravo de ganho, principalmente a moradia, visto que a renda do ganho ia a maior parte para o senhor.

¹⁸ Refere-se, aqui, a atividade do escravo de ganho.

“Daí a alternativa para esses escravos era dividir a moradia com os libertos, como estratégia de sobrevivência para ambos” (COSTA, 1989).

A atividade de biscate prevalecia entre os libertos. Vendiam nas ruas e feiras ou ofereciam sua força de trabalho. Porém alguns, em menor número, conseguiam uma ascensão econômica. Além de todo o controle que o poder público passou a exercer sobre a vida do escravo urbano, a legislação ainda incidia sobre a morada dos mesmos e, a partir do Século XIX, a Câmara Municipal de Salvador (CMS) proibiu o aluguel de casas a escravos (COSTA, 1989).

A Assembléia Legislativa Provincial, também, através da lei de 13 de maio de 1835, restringiu o aluguel ou arrendamento a escravos e mesmos a africanos libertos, sendo isto permitido só a partir de autorização especial expedida pelo Juiz de Paz sob pena de pagamento de multa de cem mil reis (COSTA, 1989). As restrições legislativas alcançaram, também, atividades sociais, lúdicas e religiosas. Segundo o levantamento de Maria Inês Cortês de Oliveira, a CMS adotou, no período mencionado, várias posturas que visavam o controle do escravo tais como:

- Postura de 15/11/1785: em cada lugar onde houvesse ajuntamento de negros ganhadores deveria haver um capataz;

- Postura de 25/02/1831: proibia-se os batuques, danças e ajuntamentos de escravos em qualquer hora e lugar, sob pena de oito dias de prisão;

- Postura de 06/06/1850: o escravo só poderia sair à noite com um bilhete de seu senhor, declarando nome, procedência e para onde ia, sob pena de quatro dias de prisão ou multa de 1.000 réis.

A população escrava e liberta, ao longo do Século XIX buscou se organizar e resistir à opressão. O autor João José Reis nos conta que entre a passividade absoluta e a agressividade cega que os historiadores acostumaram-se a atribuir ao escravo, “havia uma posição intermediária: a de negociação, a do compromisso com o sistema, a da engenhosidade no sentido de conquistar, em meio a todas as adversidades um espaço de viver” (REIS, 1989).

A identificação do escravo real, não reificado nem mitificado, só muito recentemente vem ganhando corpo na historiografia brasileira. “Os escravos freqüentemente brigavam e conseguiram obter dos senhores o direito a um pedaço de terra para a subsistência e até o direito de vender excedente de produção” (REIS, 1989). A possibilidade de negociações, no entanto, não legitimam a visão de relações harmoniosas, e para alguns autores até idílicas, entre o escravo e o senhor. Ao lado da sempre presente violência, havia um espaço social que se tecia tanto de barganhas quanto de conflitos.

Os escravos lutaram, também, pela defesa de uma vida espiritual e lúdica autônoma. “O direito de poder cantar, dançar e brincar sem o consentimento prévio do feitor” (REIS, 1989).

O candomblé tornou-se um dos principais exemplos no exercício da capacidade da negociação escrava. Mesmo enfrentando forte repressão policial, o candomblé funcionava como catalisador na costura de alianças entre africanos e crioulos, escravos e libertos e mesmo com brancos. Retomando a história registrada por Marcelo Macca e narrada por Dona Didi sobre a existência de Josepha Sant'Anna, conforme descrito no capítulo anterior, pode-se verificar na historiografia (KÁTIA, 1974), (REIS, 1989), (NASCIMENTO, 1986), (QUERINO, 1995), (CUNHA, 1985) a coincidência das circunstâncias sociais e históricas desta personagem com o seu tempo.

A pesquisadora Anna Amélia Nascimento verificou que, na segunda metade do Séc. XIX, a maioria das pessoas na Freguesia Senhora de Brotas era pobre e afrodescendente e habitavam em roças. Na região de Brotas, no referido século, predominava, enquanto atividade de trabalho e renda, a lavoura de subsistência (mandioca, hortaliças e outros) nas chamadas roças, mas, também, a criação de gado leiteiro (COSTA, 1989).

Encontra-se, no arquivo do Estado, no ano de 1849, a relação de 232 africanos libertos, proprietários de roça na cidade do Salvador (APEB: Seção de Arquivo Colonial e Provincial). Fato este que reforça a hipótese da existência de uma roça no Candeal Pequeno, liderada por uma africana.

Outra pesquisa atesta que, entre as atividades exercidas pelos libertos, na cidade como um todo, estavam na agricultura 90% homens e 54% mulheres, no ganho (ganhadeiras, negócio, quitandeiras e venda) ocupação de 33% das mulheres libertas, além de outras atividades tais como: alfaiate, carpinteiro, pedreiro, sapateiro e caixeiro

(COSTA, 1989) - conforme tabela 4 exposta a seguir. Tanto as atividades típicas de roça, como a prática do serviço do “ganho” eram os dois eixos estruturais dos negócios de Josepha Sant'Anna.

Tabela 4
Libertos segunda sua ocupação e gênero

Gênero	Agricultura	Ganho	*Outras Atividades
Homens	90%	-	-
Mulheres	54%	33%	13%

Fonte: Costa, 1989

* alfaiate, carpinteiro, pedreiro, sapateiro e caixeiro

Os libertos, de uma maneira geral, e, em particular, na mencionada freguesia, eram acusados de induzirem escravos a fugir dos seus senhores e os acolhiam, dando-lhes trabalho em suas roças. O Juiz de Paz, quando era acionado, buscava devolver os escravos a seus donos.

O caráter semi-rural da freguesia de Brotas, facilitava a presença de Quilombos e terreiros. Outro fato que corrobora com a ambiência lúdico-religiosa da região de Brotas foi registrado, em 1814, quando alguns comerciantes daquela localidade, temerosos com as revoltas escravas, elaboraram um documento explicitando o perigo que constituíam os ajuntamentos de negros como os “batuques” (práticas de música,

dança e candomblé), lamentando o fraco policiamento da Casa da Pólvora, situada no que hoje é o Matatu, na região de Brotas.

O temor dos comerciantes e senhores era pelo fato deste local ser dominado por um quilombo (COSTA, 1989). Daí fica fácil entender a ligação identitária do Candeal com a resistência social e cultural do povo afrodescendente em Salvador.

Os libertos no Século XIX, da região, como de resto em outras localidades da cidade, constituíam as chamadas roças com a força de trabalho de escravos que ora eram comprados, ora eram incentivados a fugirem do jugo dos senhores e acolhidos, como já mencionado anteriormente.

Como registrado no relato de Marcelo Macca e no depoimento de dona Hilda Santana, os resultados da colheita eram vendidos no centro da cidade. Os escravos de Josepha, como os escravos vinculados aos libertos, tinham a liberdade de praticarem ações lúdicas e religiosas. Estas práticas eram reprimidas pela sociedade oficial.

A relativa concentração de roças de libertos, no Século XIX, nesta região, aliada a um ambiente favorável a práticas lúdicas e religiosas, principalmente através da vertente musical, produziu um clima cultural singularizado pelo viés identitário afrodescendente. E é esta força identitária que vai funcionar como cimento para as relações sociais de resistência cultural e política.

Nos dias de hoje, a maioria da população do Candeal é afrodescendente e ali encontra pessoas e famílias que reivindicavam ser descendentes de antigos escravos e libertos que já moravam no local desde o Século XIX.

As moradias permanecem, em boa medida, em condições precárias, assim como os demais índices de qualidade de vida; embora seja importante registrar um número significativo de residências com um padrão satisfatório de conforto e salubridade. Isto, em parte, deve-se ao zelo e capricho de algumas famílias que, ao longo de anos, promovem constantes reformas e ampliações em suas casas. Os moradores também conseguem driblar a escassez de emprego e as desigualdades raciais e sociais, de maneira precária, através do mercado informal. Esta opção, no entanto, vai representar uma parcela minoritária da população.

Apesar de um quadro adverso, esta população, como no Século XIX, valoriza e tem orgulho do Candeal Pequeno, local que escolheram para morar e viver e rejeitam a expressão favela¹⁹ como forma de designar o local, como deixa claro a moradora Ivone Alves Soares, nascida e moradora há 40 anos no Candeal: “Aqui nunca foi uma favela e quem diz isso esconde outros interesses”.

¹⁹ O termo favela nasceu a partir da Guerra de Canudos, em fins do séc. XIX. Aos soldados que serviram ao exército, o Governo Federal prometeu moradias. Como essa promessa não foi cumprida, os soldados resolveram ocupar parte do morro do Rio de Janeiro, batizando esta ocupação com o nome de favela, referindo-se a montanha de igual nome nos arredores de Canudos (favela é uma planta própria da região da caatinga).

3.2 Da Ação Política dos Anos 60/70 à Expressão Cultural dos Anos 80/90 como Forma de Luta pela Moradia

Retomando a análise de moradia na cidade, particularmente no Candeal Pequeno, entre as décadas 60/80, constata-se que, este período era dominado por repressão política, revoltas populares, “quebra – quebras”, luta contra a carestia, etc. (Ver fotos 2 e3 expostas abaixo).

Foto 2 -1o. de maio. São B. do Campo/SP



Fonte: Acervo *Em Tempo*, 1979.

**Foto 3 - Manifestações na Década de 1980
Salvador- Ba**



Fonte: FABS/AMPLA
1983.

Este ambiente serve como pano de fundo, transformando a cidade num palco de intensos movimentos sociais pelo direito à moradia. É, neste contexto que se observa, ainda na década de 60, alterações importantes na estrutura produtiva da vida urbana no

país. Na “dinâmica ocupacional da sua força de trabalho e na redefinição do espaço urbano, para atender às exigências da estruturação do capital imobiliário” (ARAGÃO, 1992).

Além disso, naquele período, o país assistiu à implantação de um regime autoritário que pôs fim ao denominado “pacto populista”. O novo regime dará todo o apoio institucional que servirá de esteio ao processo de expansão do capital monopolista, com incidência marcante sobre a estruturação das cidades.

Até fins da década de 60, havia uma grande disponibilidade de terras públicas não incorporadas à malha urbana na cidade do Salvador. Mas alguns dispositivos institucionais foram engendrados no sentido da inversão desta realidade. Um desses mecanismos foi a Lei 2.222/69, que, segundo EBEFFE e Ribeiro (1979) *apud* (ARAGÃO 1992), trazia uma determinação política no sentido de oferecer os instrumentos necessários para que a Administração Municipal pusesse em prática o aproveitamento da Orla Marítima, no trecho Avenida Presidente Vargas – Otávio Mangabeira, favorecendo a indústria do turismo.

Serve de ilustração e exemplo disto a erradicação de duas “invasões” naquela área: “Bico de Ferro”, em Ondina, e “Chega Nêgo”, no Jardim dos Namorados (entre Costa Azul e o Corsário), instalando-se na referida área uma série de hotéis de luxo, depois de ser feito um tratamento de infra-estrutura básica e urbanização, com investimentos públicos, que a médio e longo prazo viabilizaram a expansão do capital imobiliário.

Na década de 70, apesar de toda repressão política e ofensividade do mercado imobiliário, duas, entre algumas das mobilizações populares de ocupação de terras, foram bem sucedidas, tornando-se referência na luta pela moradia: a ocupação da Curva Grande e o Calabar. Estas duas comunidades tiveram parte de sua ocupação consolidada apesar da forte atração para o mercado imobiliário registrada no seu entorno, que fica entre o Jardim Apipema, em Ondina e a Avenida Centenário, no Chame – Chame. Ao esbarrar nos anos 70, essa análise se depara de um lado com a consolidação do capitalismo e do outro com a luta pelo renascimento das liberdades democráticas. Relativamente à década anterior, “a década dos anos 70 (principalmente no final da década) consolidou a maior parte dos movimentos sociais na luta pela conquista do espaço para morar” (ARAGÃO, 1992).

Tal luta se reproduzia e era reforçada pelas ações de mobilização política da sociedade civil, pela redemocratização do país e pela conquista do Estado de Direito. As classes populares se engajaram neste movimento, lutando por melhores condições de vida e passam a se posicionar, na condição de moradores, contra a carestia do custo de vida, contra os péssimos serviços de transporte coletivo, dirigindo ao Estado suas demandas (ARAGÃO 1992). Os anos 70 dividiram-se ora pela brutal repressão nos chamados anos de chumbo da ditadura, passando pela chamada “distensão democrática”, num ritmo lento e seguro, como convinha ao regime militar e, finalmente, por um momento de explosão, das demandas e mobilizações democratizantes (Anistia Ampla Geral e Irrestrita, Assembléia Constituinte, etc.).

O rebatimento daquele clima político nacional, aqui em Salvador, vai ser evidente. São constantes, naquela época, em nossa cidade, manifestações dos sindicatos,

associações profissionais, grupos políticos progressistas engajados no MDB (Movimento Democrático Brasileiro), nas lutas reivindicatórias dos estudantes, trabalhadores e populares em geral, como também em vários outros movimentos e na explosão de vários movimentos coletivos de ocupação de terra para moradia (ARAGÃO, 1992).

O Candeal Pequeno foi atingido por este clima, tendo uma pequena parte de suas terras ocupada por contingentes provindos, principalmente, do bairro Cosme de Farias. A “invasão” ou ocupação (expressão utilizada pelos movimentos de moradia) ficou conhecida como 14 de outubro, data do seu início. A ausência de maiores contestações e/ou resistências facilitaram a inserção urbana e social deste novo contingente no contexto social e geográfico do Candeal Pequeno.

Nesta década, com a implantação das indústrias de transformação, sediadas no Complexo Petroquímicas e no CIA, há uma mudança no panorama institucional, administrativo, político, econômico e social em Salvador. Tal circunstância contribuiu para a consolidação do processo de integração da Bahia e da Região Metropolitana do Salvador na dinâmica inter-regional da economia brasileira.

Determinando assim implicações sócio-econômicas e um novo padrão de crescimento econômico e de acumulação capitalista na RMS, para a “diversificação da estrutura sócio-ocupacional de Salvador, ampliando as desigualdades sociais e penalizando sobremaneira as famílias de baixa renda não incorporadas neste novo padrão de crescimento” (ARAGÃO, 1992).

Diante deste contexto, a Prefeitura Municipal de Salvador impôs uma política repressiva para conter as ocupações coletivas de terras, chamadas na época de “invasão”. Tal procedimento refletia a falta de uma política governamental de habitação, saneamento básico, entre outros serviços e bens urbanos.

Em fins da década de 70, os movimentos sociais urbanos atuaram de forma mais organizada e ofensiva. Este quadro recebe a contribuição do clima de democratização e, em consequência disso, o surgimento de movimentos tais como o Trabalho Conjunto, que reuniu profissionais liberais, entre eles arquitetos e engenheiros e algumas associações de moradores.

O Trabalho Conjunto²⁰ promoveu importantes discussões e ações políticas sobre a cidade de Salvador e o país, abordando bandeiras mais gerais, tais como: Anistia e a Constituinte, mas promovendo, também, lutas mais voltadas à realidade urbana como a luta contra o preço das passagens e pela melhoria dos transportes urbanos, a luta contra a carestia, a luta da ocupação de terras em Salvador entre outras.

Mais adiante, com os avanços dos movimentos sociais urbanos, e dentro deles do movimento comunitário, surge uma entidade federativa que tinha a intenção de aglutinar o conjunto das associações de moradores das áreas de ocupação popular de Salvador. A FABS (Federação das Associações de Bairros de Salvador) foi criada em 1979, representando o esforço, principalmente, do movimento comunitário das regiões de Plataforma, Brotas e logo em seguida São Caetano.

²⁰ Trabalho Conjunto foi uma articulação de entidades estudantis com militantes de bairros populares e profissionais liberais. Um dos coordenadores foi Manoel José de Carvalho (na época presidente do DCE), arquiteto, hoje Pró-Reitor de Extensão da Ufba.

No entanto, algum tempo depois, o grau de amplitude e diversidade política passa a ser um problema para essa Federação, provocando em seguida uma cisão.

“A unidade das Associações em torno da FABS se sustenta por um período relativamente curto, somente até 1983, ano em que as disputas internas e diferenças partidárias induzem a um rompimento” (Castagno, 1990).

Assiste-se, a partir desse momento, o surgimento do Movimento em Defesa dos Favelados, M.D.F, que passou a congregiar entidades faveladas e ocupações em geral. As diferenças se faziam presente tanto na natureza das lutas, visto que enquanto o enfoque maior do M.D.F. era a posse da terra, a FABS ampliava suas reivindicações para questões como implantação de equipamentos públicos. Mas as diferenças se manifestavam, também, quanto à extensão do raio de atuação, pois enquanto o M.D.F. restringia sua intervenção nas chamadas invasões, a FABS atuava, também, em bairros consolidados.

Uma outra diferença importante diz respeito à base de sustentação política. Enquanto o M.D.F. tinha seu apoio junto a setores progressistas da Igreja Católica e ao PT, na época recém criado, a FABS tinha uma presença importante do PC do B, de setores egressos do PCB, setores do PT e de outros partidos do chamado campo progressista. Mas, a despeito das diferenças citadas, ambas abrigaram experiências educacionais materializadas através das Escolas Comunitárias, a exemplo da Escola Aberta do Calabar e da Escola Comunitária do Bom Juá²¹.

²¹ No caso da FABS é importante destacar que a ampliação de experiências de implantação e funcionamento de escolas comunitárias levaram mais adiante a criação, na primeira metade da década de 80, da AEC (Associação das Escolas Comunitárias).

Analisando-se essa época, observa-se que, desde o final dos anos 70, desenvolve-se em nosso país um esforço teórico-metodológico no sentido de compreender a força e a dinâmica dos movimentos sociais, buscando dar conta da “emergência de novos atores e novos movimentos com identidade própria e formas de organização peculiares” (ARAGÃO 1992).

A ferramenta analítica predominante até então, permitia apreciar estes fenômenos pelo ângulo exclusivamente da luta de classes, levando em consideração a contradição estrutural capital x trabalho, eixo pelo qual tais movimentos eram estudados.

Entretanto, tornou-se evidente, a partir de dados empíricos, que este modelo macro-estrutural representava, na prática, uma camisa-de-força teórico-metodológica para explicar uma realidade que se move numa certa constância, fazendo emergir uma gama variada de movimentos sociais. “Manifestações populares de base social heterogênea passam a eclodir de forma autônoma, desligadas das instituições de representação tradicional, a exemplo dos partidos políticos e sindicatos” (ARAGÃO 1992).

É importante ressaltar que as grandes manifestações no entorno da defesa da Natureza, dos direitos humanos, contra o racismo e a discriminação das minorias sociais (negros, mulheres, homossexuais), no início dos anos 70, contribuíram em grande medida para a ampliação das reivindicações ligadas às condições de vida, qualidade e eficiência dos serviços e bens de consumo coletivos, nos grandes e médios centros urbanos do nosso país.

As mencionadas manifestações foram identificadas como movimentos sociais urbanos (MSU), que, a partir das questões específicas da problemática urbana, tinham o objetivo de questionar a ordem estabelecida. Estes problemas urbanos se expressam, num primeiro momento, nas condições de habitação, saneamento básico, transportes e, ainda, no acesso aos demais serviços coletivos (escolas, hospitais, creches, lazer).

No Candeal Pequeno, o reflexo destas manifestações vai se dar pelo viés cultural. Principalmente entre as décadas de 80/90, o Candeal Pequeno vai intensificar sua musicalidade, retomando as tradições dos atabaques, que remontam ao Século XIX, como foi visto no capítulo anterior. Surgem entidades que, com um perfil mais cultural (grupo de música, de dança, esportivo), vão se dedicar à questão da qualidade de vida na comunidade. Procurando, portanto, de maneira alternativa, questionar o modelo vigente de sociedade.

A seguir no próximo capítulo se buscará identificar e analisar o papel dos processos educativos e da identidade desta comunidade, bem como a movimentação dos diversos atores/atrizes constituintes desta trama social.

4 – Projeto Tá Rebocado: Tradição, Tradução ou Espelho de Narciso?

4.1 A ONG Pracatum, os processos educativos e o Projeto TÁ REBOCADO

A Pracatum foi criada em 1994, por Carlinhos Brown, o ex-morador mais ilustre do Candeal Pequeno. A sua intenção declarada era promover social e culturalmente o local, viabilizando, ao mesmo tempo, uma marca artística e a melhoria da condição de vida da população deste local.

A idéia subjacente à criação da Pracatum foi batizada no potencial emancipador da música e na sua capacidade de oferecer oportunidades de cidadania e geração de renda ao Candeal Pequeno. Para tanto a ONG tem como referência a mobilização comunitária, fruto do substrato simbólico e cultural da comunidade que (conforme assinalado nos dois primeiros capítulos) se expressa através da ancestralidade e afrodescendência manifestado no cotidiano por intermédio da musicalidade, de forma intensa e criativa.

A mobilização comunitária é pensada pela ONG enquanto processo educacional (levando-se em consideração o conceito explicitado no primeiro capítulo) e expressada

como um dos pressupostos de sua ação. Assim, as primeiras reuniões (em forma de assembléia) dos moradores com a ONG, aconteceram em torno da temática da Escola Pracatum (Ver foto 4 exposta abaixo), que instituiu o Conselho Paritário, com representantes de moradores do Candéal e membros moradores de outros bairros de Salvador: técnicos, intelectuais, convidados e representantes dos órgãos financiadores (APAS, 2000).

Foto 4
Escola de Música Pracatum



Fonte: MELLO & SIMÕES, 2002. *Estudo de Bairro:*

Candéal. UNIFACS. Salvador.

Os integrantes da ONG afirmam que foi através da Assembléia que se tomou a decisão de fazer uma pesquisa de opinião que resultou no projeto “TÁ REBOCADO” (Ver foto 5 exposta na próxima página). Desde então, a Pracatum busca manter a regularidade de reuniões com os moradores, através de Assembléias.

A estrutura da ONG é constituída de: Conselho deliberativo, Direção Executiva, Assessoria jurídica, Gerência Administrativo-Financeira, secretaria e equipes responsáveis pelos projetos. A Pracatum é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, que realiza programas educacionais, culturais e de desenvolvimento comunitário. Portanto fundamentada na tríade: educação, cultura e mobilização comunitária. A ONG adotou duas linhas estratégicas de atuação: o desenvolvimento local sustentável e a educação profissionalizante em música popular brasileira. Estas linhas de atuação se desdobram em dois projetos: 1) Escola Profissionalizante de Música e 2) Programa de desenvolvimento comunitário “TÁ REBOCADO”.

Foto 5
Conjunto habitacional do Projeto Ta Rebocado



Fonte: MELLO & SIMÕES, 2002. *Estudo de Bairro: Candeal*. UNIFACS.
Salvador.

A Escola Pracatum, segundo seus formuladores, surge com o objetivo geral de promover a educação em níveis básico e técnico com qualidade, priorizando as áreas das artes e cidadania de modo a atender a população de Salvador, especificamente a do Candeal Pequeno, garantindo, assim, os fundamentos e as competências musicais, artísticas, tecnológicas, científicas e sociais num processo contínuo (APAS, 1999).

A intenção da ONG é, além da formação para a cidadania, proporcionar a profissionalização de músicos, produtores de espetáculos e educadores musicais. A sua clientela é voltada aos adolescentes moradores do Candeal que tenham interesse por música. A capacidade de atendimento simultâneo é de 200 alunos e os critérios inicialmente definidos para a matrícula dos alunos são:

- 1) Ser morador do Candeal;
- 2) Ter aptidão para a música;
- 3) Idade entre 14 e 18;
- 4) Encontrar-se matriculado e freqüentando escola regular – ensino fundamental ou ensino médio (APAS_b, 1999).

O curso é dividido em dois níveis:

- 1) Nível básico, com duração mínima de dois anos, tendo como propósito a profissionalização como músico e formação do cidadão;

2) Nível técnico, com duração mínima de 2 a 3 anos, tendo como propósito a especialização como músico, desenvolvimento do cidadão e formação como docente.

Não há necessidade de deter-se em uma análise específica sobre a realidade e circunstância da Escola de Música, visto que o nosso objetivo de pesquisa é examinar a experiência dos processos educativos empreendidos no projeto “TÁ REBOCADO”.

Quanto ao Programa de Desenvolvimento Comunitário “TÁ REBOCADO”, segundo a ONG, este surge com o objetivo geral de buscar a melhoria da qualidade de vida dos moradores e desenvolvimento da cidadania, levando em consideração a potencialização das vocações e identidades do Candeal Pequeno. Estes objetivos gerais vão se desdobrar em ações estratégicas e integradas, na promoção de melhorias da:

- a) Urbanização: infra-estrutura, habitação e equipamentos comunitários;
- b) Geração de emprego e renda;
- c) Saúde e Meio Ambiente;
- d) Educação e Cultura;
- e) Organização Comunitária.

O projeto foi idealizado por Carlinhos Brown e elaborado pela equipe técnica da Pracatum e da CONDER (nas próximas seções destacar-se-á, também, o papel dos órgãos públicos na consecução do projeto) com a atuação desde sociólogos e historiadores até arquitetos e engenheiros, passando pelo processo de participação dos moradores.

Tal projeto baseia suas ações em pesquisa de opinião, cadastro censitário, reuniões comunitárias semanais e registros fotográficos (APAS_b, 1999). A viabilização do projeto se deu, como já se ressaltou, a partir de uma articulação entre a Pracatum e o poder público, nomeadamente a CONDER²².

O projeto “TÁ REBOCADO” será tratado com mais ênfase nas próximas seções por conta de sua função central nos propósitos desse documento.

A Pracatum tem viabilizado o conjunto das suas ações com recursos oriundos do Governo do Estado da Bahia e de órgãos financiadores diversos tais como o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), a Fundação CREDICARD, Projeto POMMAR²³ / PARTNERS / USAID, UNICEF, Caixa Econômica Federal, Secretaria de Recursos Hídricos, Saneamento e Habitação, CONDER.

²² A CONDER assume a partir de fins da década de 90 as atividades que eram da alçada da URBIS (Habitação e Urbanização S/A)

²³ O POMMAR é um programa criado em 1994 financiado pela USAID (agência norte-americana para o desenvolvimento internacional) e levado a cabo por uma organização privada voluntária: Partners of América. Este programa tem o objetivo declarado de promover a educação pela cidadania e pela participação, bem como, a promoção de perspectiva de futuro para as crianças e adolescentes carentes do nordeste brasileiro.

A Pracatum, em 1997, transforma-se em Associação Pracatum, ano em que promove uma pesquisa junto aos moradores no sentido de inferir as suas prioridades em termos de necessidades básicas. Fato que será abordado na próxima seção.

Em março de 1999, foram iniciadas as obras do projeto “TÁ REBOCADO” e, no dia 26 do mesmo mês, foi inaugurada a Escola Pracatum e a reestruturação da Associação Pracatum que passou a chamar-se Associação Pracatum Ação Social – APAS. No mesmo período, foi constituído um conselho deliberativo composto para doze membros, sendo 2 moradores do Candeal.

Como foi tratado no primeiro capítulo, a despeito do apoio de importante contingente da população local, a Pracatum também enfrenta oposição e crítica. Parte desta oposição está ligada aos problemas advindos dos shows no *Candyall Ghetto Square*, já mencionados neste trabalho, que vão desde o barulho até os excessos cometidos por parte do público que afluí aos eventos da referida casa de shows.

Outra parte de críticos refere-se à exploração da imagem da comunidade por parte da ONG e do próprio Carlinhos Brown, no sentido de estigmatizá-la enquanto favela. Versão esta que é rejeitada com veemência por Ivone Alves Soares (nascida no Candeal e descendente da família antiga no local), representando, em seu depoimento, o pensamento da grande maioria da comunidade.

A Pracatum já reuniu a educadora Vera Lyra, o sociólogo alemão Bernz Reitee, o arquiteto francês Emanuel Blamont, e como consultora voluntária a arquiteta Ângela Gordilho, entre outros intelectuais e técnicos nacionais e internacionais de renome.

Patrícia Marchesini é a coordenadora do “TÁ REBOCADO” e é remanescente da equipe que elaborou este projeto. Em seu depoimento, ela fala das condições físicas adversas antes da intervenção urbanística / habitacional e também relembra o período de quase um ano entre assembléias, discussões, pesquisas em prol da elaboração do projeto.

Hoje a Pracatum enfrenta um momento de rearticulação e mudança na sua equipe, ao mesmo tempo em que busca empreender um novo projeto, ainda em gestação, gerador de emprego e renda, a partir das potencialidades do Candeal Pequeno.

4.2 As Condições Urbanas e Sócio-Econômicas do Candeal Pequeno antes do Projeto

A idealização do Projeto “TÁ REBOCADO” nasce a partir da Pracatum. Esta ONG, em maio de 1997, vai se mobilizar com objetivo de cadastramento e levantamento de uma pesquisa de opinião, acerca das necessidades e aspirações da comunidade.

O propósito foi o de conhecimento mais amplo e profundo possível da situação de então, ou seja, a infra-estrutura local, as necessidades e perspectivas dos moradores, suas condições de vida, características socio-econômicas, bem como levantamento cadastral dos equipamentos comerciais e de serviços públicos e privados localizados no Candeal.

O Candeal Pequeno foi subdividido espacialmente em 09 regiões para efeito da pesquisa, tendo sido pesquisados por treze estudantes universitários, ficando estes responsáveis pela visita aos domicílios (CONDER, 2000). A definição do questionário foi precedida por uma discussão interdisciplinar, considerando-se a necessidade de buscar um maior conhecimento possível sobre o local, em todos os aspectos.

O questionário foi composto basicamente por 4 itens: característica dos moradores, características dos domicílios, pesquisa de opinião e estabelecimentos não comerciais. Como convencionado pelo IBGE, e para permitir comparabilidade, seguiram-se às definições de família e domicílio, as principais ocupações da OIT - Organização Internacional do Trabalho.

Assim, graças à boa receptividade da grande maioria dos moradores, foi possível realizar em duas semanas a pesquisa de campo completa, que se encerrou em 2 de maio de 1997, tendo sido visitados 1.056 domicílios, nos quais, puderam ser completadas 844 entrevistas (CONDER, 2000). Quanto à caracterização sócio-econômica da área pesquisada deve iniciar dizendo que residiam à época 4.057 pessoas em 1.056 domicílios no Candeal, ver tabela₅ exposta abaixo, entre estas 36% eram crianças e adolescentes e 4% idosos com mais de 65 anos.

Tabela 5
N^o. de domicílios/ n^o. de pessoas no Candeal Pequeno

N ^o . Domicílios	1.056
População local	4.057

Fonte: Conder/Pracatum relativo a pesquisa realizada em 1997

Pode-se considerar preocupante a precariedade da infra-estrutura de água, esgoto e luz daquela localidade, pois entre os 744 domicílios pesquisados, 24% apresentam perigos potenciais de desabamento e enxurrada, representando, à época, 179 residências, onde conviviam 778 moradores (CONDER, 2000).

Os riscos se apresentaram maiores quando se analisou que apenas a metade dos domicílios tem esgotamento sanitário interligado à rede geral, 8% são terrenos invadidos, 23% não possuem ligação de luz ou é clandestina, 20% não possuem rede geral de água com canalização interna, menos que um sanitário por família, apenas 24% dos sanitários com descarga, conforme tabela 6 exposta abaixo.

Tabela 6
Índice de infra-estrutura/esgotamento/risco/energia
Rede de água/ sanitário no Candéal Pequeno

Esgotamento sanitário interligado à rede geral	Terrenos invadidos	Não possuem ligação de luz ou é clandestina	Não possuem rede geral de água com canalização interna	Sanitários com descarga
50%	8%	23%	20%	24%

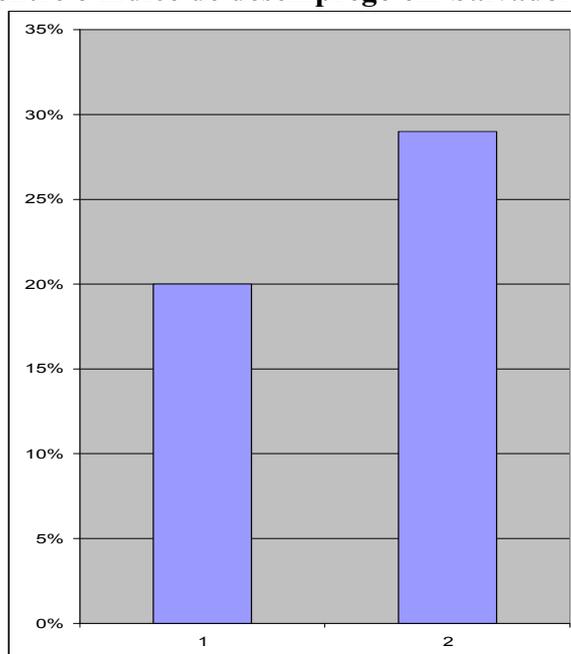
Fonte: Conder/Pracatum relativo a pesquisa realizada em 1997.

Quanto à caracterização das edificações, evidenciou-se, com a pesquisa, uma heterogeneidade. Destacando-se a existência de dois padrões distintos de edificações:

- 1) Constituindo a maioria da área, encontra-se um padrão caracterizado por edificações com pequena área construída, paredes sem reboco, muitas vezes inacabadas, mas que possuem um aceitável estado de conservação e salubridade, próprias dos arranjos espaciais da classe de baixa renda de nossas grandes cidades;
- 2) No segundo padrão aparecem edificações cujas características físicas são extremamente precárias, chegando ao limiar de condições sub-humanas.

Este quadro exposto acompanha uma renda familiar, média da população local, de R\$ 281,00 mensais, o que significa que a grande maioria das famílias (77%), sobrevive com um salário mínimo mensal, e o mais grave, o desemprego atinge 29% da população economicamente ativa (CONDER, 2000) ver gráfico 5 exposto abaixo.

Gráfico 5
Comparativo entre o índice de desemprego em Salvador e no Candeal



Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE,
Conder/Pracatum relativo a pesquisa realizada em 1997

Obs.: 1. Índice de Desemprego em Salvador
2. Índice de Desemprego no Candeal

Portanto, este é o quadro que expõe a situação da infra-estrutura urbana e a conseqüente qualidade de vida no Candéal. É diante deste quadro que vai se dar a intervenção do projeto “TÁ REBOCADO”, que se insere no programa habitacional “Viver Melhor” do Governo do Estado da Bahia, que, por sua vez, se atrela à linha de financiamento do programa Pró-Moradia do Governo Federal, os quais serão tratados a seguir.

4.3 As Relações entre o “TÁ REBOCADO” e os Programas Institucionais de Habitação: Banco Mundial, Pró-Moradia e Viver Melhor.

O projeto “TÁ REBOCADO”, também chamado de Projeto de Melhorias para o Candéal, foi iniciado em março de 1999, com a construção de 114 novas unidades habitacionais, melhorias habitacionais em 23 casas (reforma de sanitário, cozinha, pintura e reboco), construção de posto de saúde e ampliação do sistema viário. Como já foi assinalado na seção anterior, esta obra foi definida a partir de uma pesquisa de levantamento de necessidades da comunidade do Candéal Pequeno empreendida pela Pracatum.

Entretanto, não é possível analisar o projeto “TÁ REBOCADO” sem entender o contexto mais amplo dos programas de habitação do poder público Estadual e Federal haja vista uma explícita vinculação, ainda que observando-se particularidades, principalmente no enfoque cultural.

Com relação a este aspecto, os programas Viver Melhor (Governo do Estado) e Pró-Moradia (Governo Federal) guardam relação entre si de subordinação na esfera

Estadual para com a esfera Federal. Daí porque a abordagem será iniciada pelo programa Pró-Moradia que, por sua vez, sofre influência da ação das agências financeiras internacionais, a exemplo do Banco Mundial. Este organismo financeiro é vinculado ao FMI, BID e BIRD e publicou um documento relacionado a este assunto, em 1991, cujo título era: “*Urban Policy and Economic Development: an Agenda for the 1990*”.

Martin Smolka citado por Ângela Magalhães, aponta para a importância de considerar-se o resultado desse trabalho, não só devido à influência ideológica que o Banco exerce, mas também pelo seu papel no financiamento do desenvolvimento econômico e urbano brasileiro (onde se enquadra a política habitacional) e pela carência de propostas abrangentes de política urbana no Brasil (SMOLKA, 1955 *apud* MAGALHÃES, 2002).

Em sua reflexão sobre o documento acima citado do Banco Mundial, Martin Smolka citado por Ângela Magalhães (2002) considera, como mudança na atitude daquele organismo financeiro, o seu novo enfoque sobre as cidades (pertinente à questão habitação): estas deixam de ser vistas como “perdulárias e parasitárias para serem motores do desenvolvimento urbano”.

Na ótica deste autor, estavam sendo incorporados ao Banco temas que até então não eram bem vindos pelo BIRD, tais como: a importância da atividade urbana informal para a economia urbana como um todo; a absorção da mão-de-obra não qualificada em atividades intensivas; a participação de organizações comunitárias e de ONG’s nos processos decisórios no âmbito do poder local; criação de mecanismos de proteção e

amparo aos seguimentos sociais menos competitivos nos mercados de trabalho (SMOLKA, 1995 *apud* MAGALHÃES, 2002).

Embora coincidindo com bandeiras progressistas, no entanto, as motivações e justificativas são de corte neoliberal, visto que o enfoque na regularização deste processo recai sobre o mercado, cabendo ao Estado o papel de facilitador (*enabling role*) seja na macro economia, na política urbana, bem como em decorrência destas da política habitacional.

Mais adiante, o Banco Mundial, em 1993, publica um documento em que explicita uma política habitacional orientada aos países em desenvolvimento, intitulada: *Housing Enabling Markets to Work – A World Bank Policy Paper*. Este documento é um desdobramento de um outro documento publicado em 1991 e aqui já mencionado, “cujos objetivos consistem em definir uma estratégia para a atuação do Banco em suas operações e em influências políticas e institucionais governamentais” (MAGALHÃES, 2002, p.73), notadamente nos países em desenvolvimento.

Segundo Ângela Magalhães, “é impossível compreender as agendas definidas pelo Banco Mundial, com relação a uma política urbana e a uma política habitacional fora do âmbito do processo de reestruturação da economia mundial” baseado no programa de ajuste estrutural, em países em desenvolvimento, a exemplo do Brasil. Tal ajuste impõe mudanças de rota quanto às políticas cambiais, comercial, tarifária, industrial, e à organização do setor público e, muitas vezes, até mudança ou continuísmo de chefes de governo (ARAÚJO, 1991 *apud* MAGALHÃES, 2002, p.71).

Continuando a sua reflexão, Ângela Magalhães considera que, em ambas as políticas – urbana e habitacional – estarão sempre presentes questões como mercado, rentabilidade, reestruturação do setor público, assim como o incentivo a uma participação mais efetiva do setor privado da construção civil e de materiais de construção e a sempre combatida presença do Estado (MAGALHÃES, 2002, p.72).

É a partir deste pressuposto que é erigida no Brasil a política habitacional dos anos noventa e o projeto “TÁ REBOCADO” se insere neste contexto através do Viver Melhor (Governo do Estado), que se articula com o programa Pró-Moradia (Governo Federal). Este último programa é executado pela Caixa Econômica Federal (CEF) e destina-se a financiar a melhoria das condições de moradia de famílias com renda mensal de até três salários mínimos, através das modalidades de urbanização, aquisição ou produção de lotes urbanizados, materiais de construção, produção e urbanização de conjuntos habitacionais.

Tal programa utilizava recursos do FGTS, dos próprios mutuários e dos orçamentos Estaduais e Municipais. Os recursos eram repassados aos dois níveis governamentais mediante a tomada de empréstimo pelos Estados e Municípios, com contrapartida mínima de 10% do valor do investimento.

Como foi verificado acima, o Pró-Moradia atende à idéia de descentralização em relação aos recursos orçamentários da união, embutidos na proposta Banco Mundial, uma vez que a composição dos recursos não passa pelo comprometimento direto do Tesouro Federal.

Quanto ao programa Estadual “Viver Melhor”, além da obediência ao formato acima aludido, inspirado no Banco Mundial e intermediado pelo programa Pró-Moradia, como já assinalado neste trabalho, deve destacar também problemas relativos à má qualidade das obras e a falta de participação popular. Estes últimos aspectos foram abordados por uma pesquisa realizada de 2001 a 2002 por alunos (Camila Simões e Renata Mello que trabalharam especificamente com o Candeal) do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFACS e do curso de Urbanismo da UNEB, orientados pela professora Débora Nunes, que percorreram diversos bairros onde o programa Viver Melhor foi implantado, incluindo o Candeal Pequeno.

A referida equipe de pesquisa chegou à seguinte conclusão:

- Há muitas diferenças entre o projeto e o que foi realizado;
- Falta manutenção;
- Houve subdimensionamento das redes de drenagem e esgoto;
- Carência de equipamentos e serviços públicos: escola, posto de saúde, lazer, etc.;
- Falta integração das comunidades com seu entorno social, econômico e cultural;
- Baixa qualidade do material empregado nas obras e da própria construção;
- Construções inconclusas, por exemplo: casas sem algumas finalizações como tanque e instalação sanitária e hidráulica;

- A redução do processo de participação popular à ação de cadastramento e/ou mera comunicação do que vai ser feito;
- O tamanho, em geral, das casas é muito pequeno, não ultrapassando os 25 m²;
- Dificuldade dos mutuários em pagar taxas públicas (água e luz) em consequência de baixos rendimentos e desemprego, sendo esta situação a responsável pelo abandono (ou revenda irregular) de casas, repetindo assim o ciclo de repovoamento de outras áreas carentes de infra-estrutura (A TARDE 17/06/2001).

No geral, o quadro acima exposto esteve presente na intervenção do Candear Pequeno, com algumas poucas diferenciações. Por exemplo, no requisito participação popular, pode dizer que a ONG Pracatum se empenhou em auscultar a comunidade, através de Assembléias, ao longo do ano de 1996, como já registrado neste trabalho. Mas uma vez definida a prioridade em torno do investimento em habitação, a ONG elaborou o Projeto “TÁ REBOCADO” basicamente por técnicos da equipe ou convidados, em articulação com o Projeto habitacional oficial: Viver Melhor (URBIS/CONDER).

Pode-se dizer, também, que o grau das distorções construtivas e a baixa qualidade de material foram, em geral, de menor gravidade. No entanto, existiram problemas neste sentido, além da reclamação ainda presente quanto ao tamanho das unidades residências.

4.4 A Comunidade do Candeal Pequeno enquanto Ambiente Sócio, Educativo e Cultural do Projeto “TÁ REBOCADO”: Tradição ou Tradução?

Nesta seção será analisada a abordagem cultural que o programa “TA REBOCADO” insinua, ao tentar articular um programa habitacional com as características do local. Para tanto, retomar-se-á as reflexões teóricas de Stuart Hall na sua discussão sobre a identidade cultural, trazendo à luz duas categorias: Tradição e Tradução. Os confortos da tradição são fundamentalmente desafiados pelo imperativo de se forjar uma nova auto-interpretação, baseada nas responsabilidades da tradução cultural (HALL, 2003 *apud* ROBINS, 1991).

O projeto “TÁ REBOCADO” se insinua enquanto repositório da tradição cultural do Candeal. A rigor, tomando como referência a contribuição teórica de Hall a experiência do “TÁ REBOCADO”, estaria mais bem enquadrada como tradução, visto que o projeto traz elementos da tradição cultural do local entrecruzado com o padrão de construção habitacional do “Viver Melhor”, programa levado a cabo pela CONDER, empresa governamental que atua na área de infra-estrutura e desenvolvimento urbano do Estado da Bahia.

A comunidade do Candeal Pequeno, como visto no segundo capítulo, surgiu a partir da iniciativa de Josepha Sant’Anna, uma negra africana livre, no final do século XVIII. O Candeal Pequeno encerra, desde então, uma forte identidade cultural, evidenciada sobretudo pela sua origem afrodescendente, pela sua história e pelos laços de parentesco enraizados há pelo menos dois séculos. No Candeal Pequeno, o tambor

esteve e está presente nos rituais do Candomblé, nas rodas de samba, nas festas do lugar, na diversão dos adolescentes, nas brincadeiras das crianças e representa o símbolo da possibilidade do sucesso (APAS_b, 1999).

Mas a movimentação entre tradição e tradução, conforme os pressupostos teóricos apresentados no terceiro capítulo deste trabalho, se mostram presentes nas relações culturais e sociais do Candeal Pequeno, ao longo dos anos.

Estão presentes desde o primeiro momento de formação da comunidade, quando no início do século XIX Josepha Sant'Anna, vinda de uma região da África onde predomina a religião do Candomblé, casou-se com Manuel Mendes que era um negro mulçumano, tendo sido realizada a cerimônia na Igreja Católica de Nossa Senhora de Brotas, conforme relato de D. Hilda Santana (tataraneta de Josepha e guardiã da memória local).

Entre outros fatos, pode-se, também, citar dois eventos festivo-religiosos que acontecem no Candeal Pequeno por muitos anos que é o Caruru de São Cosme e Damião, que se torna Ibeji no culto afrodescendente e o culto a Santo Antônio, correspondendo a Ogum na religião de matriz africana (CONDER/APAS, 1999). Mesmo o terreiro de candomblé (MUTUIÇARA, localizado na estrada do Candeal) de Mãe Maiamba, fonte de inspiração para a música "*Dandalunda Maimbanda Coquê*" composta por Carlinhos Brown, nos três últimos anos de carnaval não passa despercebido pela mistura cultural e religiosa.

A referida música é uma homenagem de Carlinhos Brown à Mãe Maiamba, ou Dona Angelina Matos dos Santos, de 84 anos, babalorixá do Candeal e filha de Oxum. Mãe Maiamba, antes de se dedicar ao calendário de atividades do terreiro, no dia 8 de junho, presta homenagens a Nossa senhora das Candeias, que lhe ajudou em uma operação de risco. (ATARDE, 27/02/2002).

O cantor e compositor Carlinhos Brown, que teve a sua formação social e cultural no Candeal Pequeno, tem um estilo musical que se caracteriza por juntar milhares de referências étnicas e culturais, quebrando palavras e inventando significados, como em “Alfagamabetizado”, seu primeiro CD na carreira solo e que foi lançado na inauguração do *Candyall Ghetto Square*, em 1996, no Candeal Pequeno (ATARDE, 03/12/2000).

Buscar um perfil para a construção de identidade no Candeal Pequeno, é aproximar-se do conceito de tradução expresso por Hall e exposto no capítulo III deste trabalho. Para Hall, a tradução é ao mesmo tempo a retenção de fortes vínculos com seus lugares de origem e suas tradições e a negociação com novas culturas em que vivem, sem simplesmente serem assimiladas por elas e sem perder completamente suas identidades.

Devem ser ressaltadas as inovações efetivas no Projeto “TÁ REBOCADO” que não alteram a concepção geral ditada pelos modelos de políticas habitacionais engendrados a partir dos organismos financeiros internacionais, que influenciam, num efeito em cadeia, os diversos níveis governamentais em nosso país, mas pelo menos representam tentativas bem intencionadas de incorporar elementos da cultura local.

Como por exemplo a implantação de três tipologias habitacionais contemplando a diversidade física e social:

1º Tipo - escalonado;

2º Tipo - casas individuais convencionais;

3º Tipo - sobrado.

Um outro aspecto inovador é o pé direito de cinco metros quando o convencional é 2,6 metros, possibilitando, desta maneira, a ampliação vertical da casa, fenômeno este comum no Candeal Pequeno, como na maioria dos bairros populares.

É possível julgar-se, pois, que a elaboração do Projeto da Pracatum em parceria com a CONDER pode ser enquadrado dentro desta premissa acima aludida. A idéia de realizar uma intervenção física em infra-estrutura e habitação, embasado na questão identitária está assinalada num dos trechos do Documento Referência da Pracatum (o Projeto “TÁ REBOCADO”): “Tem como base a potencialização das vocações e identidades do Candeal com a promoção de projetos de desenvolvimento humano, individual e coletivo, visando provocar a urbanização e melhorias do habitar” (APAS, 1999_b).

Poderia-se dizer, então, que este projeto, realizado através da Pracatum/CONDER, trabalha na mesma perspectiva identitária construída pela comunidade do Candeal? Este é o assunto para discussão na próxima seção.

4.5 Os (Des)Caminhos entre a Tradução e Narciso

Nesta seção, analisar-se-á a pertinência de considerar o projeto “TÁ REBOCADO” enquanto uma experiência inovadora com características identitárias do tipo tradução (cujo conceito foi tratado no capítulo I) ou apenas a reprodução de um modelo urbanístico-habitacional convencional. Para examinar a segunda hipótese utilizar-se-á como metáfora um dos mitos fundadores da modernidade: Narciso.

Narciso, filho do Deus Cefiso e da ninfa Liríope, recebe a advertência do adivinho Tirésias, de que viveria melhor se não se mirasse. Quando se tornou adulto, Narciso ficou belíssimo, o que atraiu a atenção e desejo de muitas mulheres e ninfas. (LUZ, 1999, p.51). Narcimária Luz utiliza uma ilustração para mostrar o quanto Narciso é indiferente à sociabilidade, à troca com o outro, à doação recíproca.

Ele não aceita o outro corpo, o corpo da ninfa, e entrega-se à troca com sua própria imagem. A autora diz que “quando nos deparamos com o recorte espaço-temporal evolucionista imposto pela civilização euroamericana, identificamos Narciso diante do espelho de seus repertórios técnico-científicos, sobre o qual projetamos seu ideal de “eu”, “identidade” e existência, recalcando outras presenças civilizatórias, outras expressões cosmogênicas” (LUZ, 1999, p.52).

A referência a esta metáfora justifica-se enquanto ilustração da hipótese de que, indica o projeto “TÁ REBOCADO” enquanto reprodução de um padrão homogêneo de gestão e construção habitacional, que, apesar das diferenciações assinaladas em seção anterior, se remete ao plano das orientações do Banco Mundial e toda a cadeia de reprodução do modelo através do Pró-Moradia (Governo Federal), Viver Melhor, CEF,

URBIS e CONDER (Governo do Estado). Ou seja, o projeto “TÁ REBOCADO” insinua ares de novidade cultural em termos de intervenção urbanístico-habitacional e articulação de processos educativos através da mobilização comunitária conforme indicações tácitas e explícitas no Documento Referência da Pracatum (APAS, 1999_b).

Mas, na verdade, este projeto, tal qual Narciso, reproduz a denegação de expressões culturais de caráter identitário que povoam o Candeal Pequeno, reduzindo o seu potencial a uma bem elaborada retórica, em que pese algumas concessões, já assinaladas aqui, que, em geral, confirmam a idéia exposta acima.

Na prática, há mais semelhanças que diferenças entre as instalações prediais do projeto “TÁ REBOCADO” e outras intervenções de caráter habitacional da URBIS/CONDER (Governo do Estado), e as diferenças na verdade não são tão significativas.

Não se quer, aqui, reduzir a verificabilidade de traços identitários incorporados às intervenções urbanísticas, restringindo isto simplesmente aos aspectos da instalação predial. Mas, certamente, este é um dos elementos que se pode considerar, principalmente se juntá-lo a outros aspectos tais como: a tecnologia construtiva, a tipologia do padrão habitacional e material de construção. Naturalmente os modos de viver e a cultura da comunidade do Candeal Pequeno são diferenciados das experiências sociais vivenciadas pelos segmentos de classe média e média alta. Mas os modelos e padrões das instalações habitacionais, em geral, obedecem ao perfil destes segmentos.

Vale a pena ressaltar, ainda, que o tamanho médio das unidades habitacionais é de 35m², destoando do tamanho de suas casas originais e evidentemente bem menores do que as necessidades das famílias do local, o que tem gerado fortes reclamações da população assistida.

A aplicação deste modelo, como descrito acima (considerando-se a hipótese narcísica), imposto a uma comunidade com as características identitárias como as verificadas no Candeal Pequeno, é, em síntese, a busca do próprio reflexo no espelho, negando a presença do outro, imitando assim o comportamento de Narciso.

Tal observação ganha força através do fato da CONDER ter assumido o controle do projeto e da obra, apesar de um período inicial onde o esforço maior foi de uma equipe multidisciplinar arregimentada pela PRACATUM sendo reunidos importantes técnicos e pesquisadores como já afirmamos anteriormente. Na contramão da hipótese acima exposta poderíamos argumentar que se é verdade que a CONDER buscou se apropriar da mobilização comunitária e da efervescência identitária em proveito de uma racionalidade político-governamental, é também verdade que a comunidade conseguiu se valer de sua força mobilizadora para chamar a atenção para si dos poderes públicos conquistando intervenções governamentais que obedeceram a aspectos de diferenciação, imprimindo a sua identidade de comunidade.

Não podemos deixar de levar em consideração, na construção do projeto em tela, a força da liderança do músico Carlinhos Brown. Tal circunstância nos remete ao papel da liderança social e cultural do artista e da entidade criada por ele – a Pracatum. A sua presença e imagem foram instrumento de interlocução nas relações com o poder público na construção do Projeto Ta Rebocado. O perfil da sua liderança e o tipo de relação mantida com a comunidade merece um estudo aprofundado que, porém, não é o objeto deste trabalho. No entanto importa dizer aqui o reconhecimento do referido artista às origens da comunidade e sua condição de tributário deste processo cultural.

Portanto podemos dizer que o sentido norteador da construção do Projeto Ta Rebocado no seu aspecto simbólico e significativo pode ser apropriado, tanto para a inovação emancipadora, possibilitando conexões para a elevação da consciência crítica e organizativa da comunidade, quanto para a assimilação criativa, onde a contemplação de aspectos culturais mascara a perpetuação de programas urbanísticos e educacionais homogeneizantes.

5 – Considerações Finais

Os processos educativos têm sido um tema recorrente nos dias atuais, onde a globalização de corte neoliberal tem predominado no cenário mundial, apesar de evidências de esgotamento deste modelo²⁴. Os processos educativos foram abordados neste trabalho pelo viés da educação não formal e, a partir desta, a mobilização comunitária é destacada como forma privilegiada na geração, transmissão e troca de conhecimentos.

Os processos educativos, aqui aludidos, se materializam a partir da forte carga identitária, embasada no cotidiano da comunidade do Candeal Pequeno. A identidade nesta comunidade é forjada a partir de uma tácita negociação (o que nos leva ao conceito de tradução em Hall) entre culturas, com predomínio daquela de matriz afrodescendente, apesar do imperativo da homogeneização da cultura, determinada pelo *status quo* e reforçada pela globalização, tendo como referências os valores eurocêntricos. Portanto, a construção identitária é fruto de uma mobilização comunitária, baseada na resistência de tradições e valores, mas também, é parte da força da homogeneização cultural imposta à sociedade pelos ditames da globalização²⁵.

²⁴ Ver Perry Anderson em “As origens da Pós-modernidade”.

²⁵ Idem *ibidem*.

Esta mobilização comunitária é também envolvida pela força dos novos movimentos sociais (conforme assinalado no capítulo IV), que buscam, através da expressão cultural, notadamente pelo viés racial, a conquista de melhores condições de vida. Nesse aspecto, pode-se dizer que, seguindo o raciocínio de Maria da Glória Gohn, os novos movimentos sociais, com suas demandas, organizações, práticas e estruturas, possuem um caráter educativo assimilável aos seus participantes, e à sociedade mais ampla.

A Educação, assim, desde a década de 80, com a grande demanda por participação na sociedade brasileira, passou a ser reconhecida como uma necessidade por vários segmentos e, em particular, pelos novos movimentos sociais que a vêem como “exercício da prática que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltados para a solução de problemas coletivos cotidiano” (GOHN, 2001, p.99). A comunidade do Candeal Pequeno, no exercício do seu cotidiano, reúne todos estes aspectos aqui citados, seja a identidade (referenciada na história e na cultura, no grupo que lhe deu origem), seja a mobilização comunitária (referenciada nos novos movimentos sociais), articulada a um processo educativo dinâmico que veicula e expressa a maneira de ser e agir de uma coletividade, em busca da afirmação cultural e da melhoria da condição de vida.

A consciência desta especificidade histórico-cultural criou, ao longo do tempo, as condições para a implantação de um significativo projeto cultural que é o *Candyall Guetho Square*, liderado pelo cantor e compositor Carlinhos Brown. A partir daí, os olhares se voltam para o Candeal Pequeno, criando um fluxo de informações e de expectativas “de dentro para fora” e “de fora para dentro”.

Na esteira deste processo, é criada a Pracetum e, a partir desta, o projeto “TÁ REBOCADO”. Dentro deste contexto, o mencionado projeto é guindado à condição de elemento impulsionador dos processos educativos, seja na etapa da formulação, com a mobilização comunitária, seja no momento pós-implantação, com o processo de conscientização em torno da educação ambiental, participação comunitária e mobilização política (APAS, 1999_b). Mas, como foi visto no capítulo anterior, o projeto “TÁ REBOCADO” suscita compreensões diferenciadas desde a idéia de inovação pedagógico-urbanística até a hipótese narcisística. Esta hipótese defende o argumento de que, embora o Candeal Pequeno seja um terreno fértil na construção de processos educacionais, com conteúdo identitário e realizado através da mobilização comunitária, esta circunstância não garante por si só a qualificação da luta pela moradia, muito embora represente um significativo potencial neste sentido.

Portanto uma intervenção pedagógico-urbanística narcisística determinada pela imposição de modelos homogeneizantes, aplicados em comunidades locais, ainda que exercendo pequenas concessões, pode gerar distorções que em muito comprometem a autonomia da comunidade, bem como a afirmação de cidadania dos seus membros. Por outro lado, um processo educativo de caráter identitário do tipo traduzido pode estabelecer espaços de conquistas efetivas a favor dos diversos grupos sociais na elaboração/implementação de projetos pedagógico-urbanísticos, inclusive habitacionais, cada vez mais identificados com a população local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ACTO - Acto Tecnologia Empresarial e Projetos Culturais. *Plano de Desenvolvimento Econômico e Mercadológico do Bairro do Candéal*. Mimeografado, Salvador, 2002.

ALVAREZ, João. Ghetto Square não melhorou muito a vida de moradores do Candéal. *A TARDE*, Salvador, 21/01/2002.

ALVES, Ceci. Nesta cidade, todo mundo é de Dandalunda!. *A TARDE*, Salvador, 27/02/2002.

APAS, Associação Pracatum de Ação Social. *Apresentação Institucional: Programa de Desenvolvimento Comunitário Ta Rebocado e Pracatum - Escola Profissionalizante de Música*. Mimeografado. Salvador. 1999.

APAS, Associação Pracatum de Ação Social. *Documento Referência: Programa de Desenvolvimento Comunitário Ta Rebocado e Pracatum - Escola Profissionalizante de Música*. Mimeografado. Salvador, 1999_b.

ARAGÃO, José Wellington Marinho de. *Movimento Popular de Invasão de Terras em Salvador 1979-1988*. Dissertação para o Mestrado de Ciências Sociais/UFBA. Salvador, 1992.

ARAÚJO, Aloizio Barboza. *O Governo Brasileiro, o BIRD e o BID: cooperação e confronto*. Brasília: IPEA, nº. 131, 1991.

BANDEIRA, Cláudio. Candéal Pequeno trocou sombra das senzalas pelo burburinho cosmopolita. *A TARDE*, Salvador, 03/12/2000.

BRASILEIRO, Ricardo. Moradores pobres do Candéal pedem permanência do ghetto. *A TARDE*, Salvador, 17/02/2003.

CALBO, Iza. Banco de Cidadania. *A TARDE*, Salvador, 14/12/2002.

CASTAGNO, Mara Rosana. *Produção e Gestão do Espaço Construído em áreas de ocupação popular: Plataforma, um estudo de caso*. Dissertação de Mestrado. Escola de Arquitetura/UFBA, Salvador, 1990.

CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CEDOC/LEV (Centro de Documentação da Universidade Católica/ Laboratório Reitor Ernesto Veiga). *Livro de Tombo dos Casamentos na Freguesia de Nossa Senhora de Brotas – 1831 a 1844*, Salvador, UCSAL, 2003.

CHOSSUDOVSKY, Michel. *A Globalização da Pobreza. Impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial*. São Paulo: Ed. Moderna, 1999.

CONDER. *Projeto Metropolitano*. Tomo II, Salvador, 1985.

CONRADO, Rita. Promotor pede o fim de eventos no Candeal. *A TARDE*, Salvador, 18/03/2002.

COSTA, Ana de Lourdes Ribeiro da. *Ekabó: trabalho Escravo, Condições de Moradia e Reordenamento Urbano em Salvador no Século XIX*. Dissertação para o Mestrado de Arquitetura/UFBA, Salvador, 1989.

CUNHA, Manuela Carneiro. *Negros Estrangeiros: Os escravos libertos e sua volta à África*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

ESPINEIRA GONZALEZ, Maria Vitória. *O Partido, a Igreja e o Estado nas Associações de Bairros*. Salvador: EDUFBA, 1997.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1982.

GOMES, Itana Maria Mota. *Efeito e Recepção a interpretação do processo receptivo em duas tradições de investigação sobre os media*. Tese de Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas na Ufba, Salvador, 2000.

GONH, Maria da Glória Marcondes. *Educação Não-Formal e Cultura Política*. 2ª Edição. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. *Movimentos Sociais e Educação*. 3ª. Edição. São Paulo: Cortez, 1999.

GORENDER, Jacob. *O escravismo Colonial*. São Paulo: Ed. Ática, 1983.

GUERREIRO, Goli. "Um mapa em Preto e Branco da Música da Bahia: Territorialização e mestiçagem no meio musical de Salvador", *Bahia Análise & Dados* (6/1998) pp. 33-49.

HABSBURGO, Maximiliano de. *Bahia 1860*. Tempo Brasileiro. Salvador FCBa, 1982.

HALL, Stuart. *A identidade na pós-modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 7 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HOBBSAWN, Eric e Ranger, Terence. Tradução Celina Cardim Cavalcante. *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

IBAM - Instituto Brasileiro de Administração Municipal. *Análise do Projeto Ta Rebocado*. Mimeografado, Salvador, 2003

LEFEBVRE, Henri. *O direito a Cidade*. Trad. De T. C. Neto. São Paulo: Ed. Documentos, 1969. 133p.

LUZ, Marco Aurélio. *Cultura Negra em Tempos Pós-Modernos*. Salvador: Edições SECNEB, 1992.

LUZ, Narcimária C.P. *Awasoju: Dinâmica da Expansão Existencial das Diversas Contemporaneidades*. Revista FAEBA, n. 12, p. 45-74, jul./dez 1999.

MACCA, Marcelo. *Cuidados pela Vida: Crônicas e Receitas de Saúde no Brasil*. São Paulo: Ed. Terra Virgem, 2001.

MAGALHÃES, Ângela C. M.de. *A Política Habitacional no Governo FHC: 1996 a 2001 (Im)Possibilidade de uma Prática Nova*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da Ufba, Salvador, 2002.

MATTOSO, Kátia M. de Queiróz. *Os escravos na Bahia no Alvorecer do Século XIX*. Revista de História nº 97, 1974.

_____. *Testamentos de escravos libertos na Bahia no Século XIX; uma fonte para estudo de mentalidades*. Salvador, 1979.

MELLO, Renata e SIMÕES, Camila. *Estudo de Bairro: Candeal*. Professora Orientadora Débora Nunes. UNIFACS – Arquitetura e Urbanismo, Salvador, 2002.

MENEZES, Bernardo de. Ministro da Educação traz verbas. *A TARDE*. Salvador, 17/11/2000.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. *Dez Freguesias da Cidade do Salvador*. Salvador: FCBa/EGBa, 1986.

NECO, Marilena. Unesco apoia as ações da Pracatum. *A TARDE*, Salvador, 14/12/2002.

NEVES, Moacy. A Batida e a Cara do Candeal. *Revista Vitrine*, Salvador: n. 02. 1999.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. S. Paulo: Hucitec, 1995 (orig. 1978).

OLIVEIRA, Maria Inês Cortês de. *O Liberto: o seu Mundo e os outros*. São Paulo: Corrupio, Brasília, DF. CNPq. 1988.

OTT, Carlos. *Formação e Evolução Étnica de Salvador*. Salvador: Manu, 1955 e 1957 (2 vols).

PALÁCIOS, Marcos. *Sete Teses Equivocadas sobre Comunidade e Comunicação Comunitária*. In: Textos de Cultura e Comunicação/Departamento de Comunicação e Mestrado em Comunicação da Ufba, Salvador, 1985.

PMS.CASA CIVIL/Coordenação de Desenvolvimento Administrativo.*PERFIL DAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DE SALVADOR – BROTAS*. Mimeografado, Salvador, 1988.

QUERINO, Manuel . *A Bahia de Outrora*. Salvador. Salvador: Progresso, 1995.

REIS, João José. E SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: a Resistência Negra no Brasil Escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. “*Movimentos Sociais: Caminhos para a defesa de uma temática ou os desafios dos anos 90*”. XIV Encontro Anual da AMPOCS, 1990.

RIBEIRO, Elizabete Maise Andrade e DEBEFFE, Charles. *Poder Público Municipal e Propriedade Fundiária Urbana*. In: Bahia Séc. do Planejamento, Ciência e Tecnologia. Fundação de Pesquisas – CPE. Habitação e Urbanismo em Salvador. Convênio SEPLANTEC/OCEPLAN. Salvador, 1979. 364p.

RTP – Relatório Técnico Preliminar. *Projeto Exedcutivo de Urbanização, Infraestrutura e Serviços, Melhorias Habitacionais e Equipamentos da Área do Candeal Pequeno*. CONDER, Salvador, 1999.

RUGENDAS, Johann Moritz. *Viagem pitoresca através do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia. São Paulo: EDUSP, 1979.

SALVADOR, P.M.S. OCEPLAN. EPUCS - *Disponibilidade de Terras. Anexo; Inventário de Loteamentos*. Salvador, 1977.

SANTOS NETO, Isaias de Carvalho. *Centralidade Urbana: Espaço & Lugar: Esta questão na Cidade do Salvador*. Defesa de Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Arquitetura USP, 1991.

SCHEINOWITZ, A. S. *O Macroplanejamento da Aglomeração de Salvador*. Salvador: S. C. T. EGBa., 1998.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial 1550-1835*. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Cia. das Letras/CNPQ, 1988.

SEBRAE, DATANÁLISE Pesquisa e Consultoria. *Caracterização da Atividade Econômica do Bairro do Candéal*. Mimeografado, Salvador, 2001.

SMOLKA, Martin. *Velhas novidades na agenda do Banco Mundial para a política urbana nos anos 90*. In: Gonçalves, Maria Flora (org.). *O novo Brasil urbano*. Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, 1995.

SODRÉ, Muniz. *Claros e Escuros*. Petrópolis: Vozes, 1999.

SOUTHEY, Robert. *História do Brasil*. Belo Horizonte, Itatiaia, São Paulo: Edusp, 1981 (3 vols).

SOUZA, Celina Maria de. *Metropolização brasileira: uma análise dos anos setenta*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1985.

TEIXEIRA, Cid. Entrevista: *Mestre que tudo sabe tudo guarda. À TARDE*. Salvador, 3/8/2003.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. *Salvador: transformações e permanências (1549-1999)*. Ilhéus: Editus, 2002.

VILHENA, Luís dos Santos. *A Bahia do século XVIII*, (tít. org.; recopilado de *Notícias soteropolitanas e brasílicas* – 1ª edição – 1801). Salvador: Itapuã, 1969, 3v.

Lista de Siglas

ONG – Organização Não Governamental
APAS – Associação Pracatum de Ação Social
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas
ONU – Organização das Nações Unidas
MEB – Movimento de Educação de Base
CCCS – Center for Contemporary Cultural Studies
SICAR/RMS – Sistema Cartográfico da Região Metropolitana de Salvador
EPUCS – Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador
CIA – Centro Industrial de Aratu
COPEC – Complexo Petroquímico de Camaçari
CONDER – Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana
PMS – Prefeitura Municipal do Salvador
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio a Pequenas e Micro Empresas
AMFOGO – Associação de Moradores da Rua Botafogo
MEC – Ministério da Educação e Cultura
SEC – Secretaria Estadual de Educação e Cultura
CEF – Caixa Econômica Federal
UN-HABITAT – Programa de Assentamentos Humanos das Nações Unidas
APEB – Arquivo Público Estadual
CMS – Câmara Municipal de Salvador
FABS – Federação das Associações de Bairros de Salvador
AMPLA – Associação de Moradores da Plataforma
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MDF – Movimento de Defesa dos Favelados
AEC – Associação das Escolas Comunitárias
MSU – Movimento Social Urbano
UNIFACS – Universidade da Cidade do Salvador
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
USAID – Agência Norte-Americana de Desenvolvimento Internacional
OIT – Organização Internacional do Trabalho

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

FMI – Fundo Monetário Internacional

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

Lista de Ilustrações

Mapas

Mapa 1 – Candeal Pequeno.....	19
Mapa 2 – Regiões Administrativas de Salvador.....	20
Mapa 3 – Localização da Cidade do Salvador.....	21

Gráficos

Gráfico 1 – População de Brotas de acordo com a posição social.....	30
Gráfico 2 – População segundo o tempo de residência em Brotas.....	31
Gráfico 3 – População do Candeal Pequeno segundo a renda.....	34
Gráfico 4 – Relação de Alforriados em Salvador por Gênero.....	48
Gráfico 5 – Comparativo entre o índice de desemprego em Salvador e no Candeal Pequeno.....	75

Tabelas

Tabela 1 – Composição da população do Candeal por gênero e geração.....	34
Tabela 2 – Número de domicílios e as condições de infra-estrutura.....	35
Tabela 3 – Índice de alforriados no Século XIX segundo a origem e a epiderme: africanos, crioulos e pardos.....	49
Tabela 4 – Libertos segundo sua ocupação e gênero.....	54

Tabela 5 – Número de domicílios / Número de pessoas no Candeal Pequeno.....	73
Tabela 6 – Índice de infra-estrutura / Esgotamento / Risco / Energia.....	74

Fotos

Fotos 1 – Candyall Guetho Square.....	37
Fotos 2 – Manifestação no Primeiro de Maio (Luta contra o regime militar).....	57
Fotos 3 – Manifestação Popular nos anos 80 em Salvador.....	57
Fotos 4 – Escola Música Pracatum.....	66
Fotos 5 – Conjunto Habitacional do Projeto Ta Rebocado.....	67

MODELO DO ROTEIRO DE ENTREVISTA

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO CAMPUS I
MESTRADO DE EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE - PEC/UNEB

ENTREVISTA

- 1) Nome _____

- 2) Qual o seu papel na Comunidade do Candeal Pequeno? _____

- 3) Qual a sua visão sobre a trajetória da comunidade do Candeal Pequeno? _____

- 4) Você vê alguma articulação entre processos educativos e mobilização comunitária? _____

- 5) E sobre o Projeto Tá Rebocado. Qual a sua Opinião? _____

- 6) Identifique aspectos positivos e negativos das mudanças ocorridas a partir do programa urbanístico-habitacional na comunidade do Candeal Pequeno. _____

- 7) Em sua opinião o que pode ser feito para potencializar a mobilização social e a construção de projetos pedagógico-urbanísticos mais identificados com a comunidade do Candeal Pequeno? _____

